



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

THIAGO MONT'ALVERNE RIBEIRO

**VIOLÊNCIA, POLÍCIA E CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO COMO UMA  
“ALTERNATIVA” DE “NOVA” POLÍCIA**

FORTALEZA  
2011

THIAGO MONT' ALVERNE RIBEIRO

**VIOLÊNCIA, POLÍCIA E CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO COMO UMA  
“ALTERNATIVA” DE “NOVA” POLÍCIA**

Monografia submetida à Coordenação do  
Curso de Graduação em Ciências Sociais, da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
parcial para obtenção do grau de bacharel em  
Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Leonardo Sá

FORTALEZA  
2011

THIAGO MONT' ALVERNE RIBEIRO

**VIOLÊNCIA, POLÍCIA E CONTROLE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO COMO UMA  
“ALTERNATIVA” DE “NOVA” POLÍCIA**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: ...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

.....  
Professor Orientador: Dr. Leonardo Damasceno de Sá  
Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal do Ceará (UFC)

.....  
Professor Dr. Cesar Barreira  
Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal do Ceará (UFC)

.....  
Professor Me. Maurício Bastos Russo  
Laboratório de Estudos da Violência – Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por tudo que tenho e por tudo que sou. Pelo mundo a nossa volta e pela capacidade de refletir sobre o mesmo.

À minha amada mãe, Graçona (pros íntimos!), por ser uma pessoa iluminada, forte, guerreira e carinhosa. Por ser minha melhor amiga e sempre estar ao meu lado me mostrando que nunca estarei sozinho. Por me amar e me ensinar a amar. Obrigado por me ensinar a lutar dando o exemplo!

Ao meu pai, “PG”, por sempre me apoiar e sempre acreditar em mim. Por me ensinar que tão importante do que fazer é fazer bem feito. Por sua amizade, amor, carinho e suporte financeiro.

À Fátima Frota, por ter recebido tão bem seu “kit” contendo três “animais” selvagens, casando-se com meu pai, e mesmo assim ainda mostrar amor pela vida. Por ser uma grande amiga e por sempre estar disposta a ajudar.

Aos meus irmãozinhos, Bruno e Raphael, que mesmo em meio a disputas inerentes à fraternidade, sempre deixaram prevalecer o amor e o companheirismo de irmãos.

À Duda, por ter trazido luz, amor e harmonia à nossa família. Além de demonstrar que “o tempo não pára” e que, inevitavelmente, estamos ficando velhos.

À minha linda e amada namorada, Amanda, por estar sempre ao meu lado me dando amor, amizade, carinho e apoio. Por me fazer querer sempre melhorar e “crescer”, me incentivando, ajudando e dando o exemplo. E, principalmente, por me mostrar sempre o que é o melhor da vida e dividi-la comigo. Te amo, minha linda!

Ao meu Professor-Orientador, Leonardo Damasceno de Sá, pelo exemplo de profissionalismo e pelo incentivo. Por demonstrar confiança em meu potencial e me ajudar a me re-apaixonar pelas Ciências Sociais.

Aos Professores Cesar Barreira e Maurício Russo, por aceitarem compor a Banca Examinadora deste trabalho. Pelas críticas e elogios que, certamente, contribuirão com minha jornada como Sociólogo.

Ao CONSELHO, onde os irmãos que vida me deu compartilham comigo a divertida missão de comandar o Universo. Obrigado por dividirem comigo tantos momentos espetaculares. Momentos maravilhosos e outros nem tanto, mas que serviram para ter certeza de que posso sempre contar com vocês.

Ao querido Bubú (Manoel Moreira de Sousa Neto), por ter um coração proporcional ao seu tamanho. Por sempre estar disposto a ajudar, com a disposição e empenho de um “espírito elevado”. Obrigado pela segurança que você nos passa.

Ao querido Bobão (Márcio Kléber Morais Pessoa), pelas parcerias inúteis. Porém, pela sua seriedade e disposição em processar todos que estiverem em seu caminho. Obrigado pela amizade e apoio.

Ao meu irmão “mais velho” Potó (Joannes Paulus Silva Forte) por ser uma referência. Pelos inúmeros momentos que compartilhamos, pela sua amizade e ajuda indispensáveis. Por chorar e sorrir tantas vezes comigo. Pelos elogios e pelos sermões. Quando eu crescer, quero ser como você!

À Baratinha (Alberto Barros Santos Filho) pela amizade, companheirismo, conselhos e imparcialidade. Pelo seu famoso “humor ácido” e por ser um daqueles com os quais sei que posso sempre contar.

Ao querido Velhinho (Francisco Edson Barbosa Marques), por ser um grande amigo irmão e companheiro. Por ser o vocalista da Homo-Etilicos, por ser o patriarca d’O CONSELHO e por ser exemplo de como envelhecer bem. Obrigado pelas conversas, curtições e apoio.

À minha querida “Y” (Yandra Rebouças Lôbo), pela amizade, cumplicidade e disposição pra errar e acertar junto comigo. Por ser a irmã que meu pai (incompetente!) não me deu. Por me fazer saber que nossa ligação é eterna.

Ao Zé Carlim (José Carlos Bastos Emídio), pela amizade, pela irmandade e cumplicidade. Pela descontração e por me delatar à minha mãe, em alguns momentos. Além de resistir (nem sempre) junto a mim a influencia dos “obsessores”.

À Bulim (Karinne Marques), pela sua grandeza, força, amizade e risadas ensurdecedoras. Pelos conselhos, ajudas e apoio que sei que sempre posso contar. Por ser brincalhona e séria, ao mesmo tempo. Exemplo de responsabilidade e insanidade, concomitantemente.

À Paulinha pela amizade, incentivo, apoio e pelo Levizão. Por ser exemplo de “volta por cima”. Pelos momentos de diversão e de reflexão.

Ao Márcio Renato pela amizade, conselhos, apoio e pelos momentos de companheirismo étlico. Por demonstrar que é possível conciliar o profissional e a diversão.

Ao Beterraba (Benjamim Lucas y Sousa), pela amizade juvenil, pelos momentos que passamos juntos e não nos lembramos, pela maturidade precoce e por todo o apoio.

Ao Tutú (Caio Rabelo), por ter sido o melhor bolsista que FABOCE já teve e por estar sempre “atenado” nas tendências da moda. Obrigado pela amizade!

Ao Ursinho (Fran Yan), por ser um Tanque indestrutível de guerra. Pela inteligência, amizade e momentos divertidos que compartilhamos.

À Tereza Maia (Mônica) pela amizade, carinho e apoio. Por demonstrar paixão em tudo que se envolve. Pelo exemplo de dedicação e coragem.

À Isabelzinha, minha conterrânea, que divide comigo o amor e a saudade da nossa linda Bahia. Pela sua leveza e determinação em melhorar o mundo. E por compor o Coral das Ciências Sociais juntamente com a “Y” e a Manú.

Ao José Tiago, amigo e companheiro. Pela amizade e por todo apoio que você e sua mãe sempre estiveram dispostos a dar.

À Marina Liv, pela amizade e carinho. Pela representação brasileira na Europa e por contribuir com o Meio Ambiente, evitando o desperdício de energia. “Apaga a Luz!”

Ao Maucírio, grande amigo que sei que posso contar a qualquer hora. Pelos conselhos e pelas farras. Por estar sempre presente, apesar da distância.

Ao querido Primo (Vinícius Limaverde), pela amizade, pelos momentos de diversão e pela disponibilidade em ajudar. Por ter, finalmente, cortado os cabelos e feito a barba. O que possibilitou, depois de alguns anos de amizade, ver seu rosto pela primeira vez.

Ao Marquinho “Do Povo”, pela humildade e amizade. Por acolher meros graduandos como amigos e estar sempre disposto a ajudar.

Ao Caboclim (Raoni) pela sua casa em Maranguape. Pela amizade e apoio e por embelezar os corredores sociológicos.

À Manú, pela inocência maliciosa. Por ser uma companhia maravilhosa e por sempre manter o “astral” elevado e contaminar todos com seu bom humor. Além de nos presentear com sua voz suave e agradável.

Ao querido Breno (Mestre), pela amizade e companheirismo. Pelos projetos musicais e pela paciência em repetir a mesma música “algumas” vezes.

À Rochelly (Ricardo), pela amizade e pelos momentos de cantoria na Tia Fátima e no C.A.

Ao Dig-Djow (João Pedro), pela amizade e conversas após as reuniões de orientação. Pelas cervejinhas geladas e pelo bronca recebida em meu lugar, na cadeira do “textinho básico”.

Aos amigos Sócrates, Santinha, Jonas, Bruno (Abel), Macarrão, Fenna, Palmito (Edu), Pustowka, Leo (Cabeção) e tantos outros que sempre estiveram presentes e compartilharam momentos de felicidade nas “CS” comigo. Obrigado a tod@s.

A Bandeirinha, amiga e exemplo de vida que tive o prazer de encontrar no APEC. Por toda ajuda, apoio e incentivo sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. Conhecê-la foi, sem dúvida, um grande presente!

Ao João Paulo (Casal), ao Pedrinho (Chefinho) e à Hévila (Hévelyn). Pessoas especiais que contribuíram com a amizade, apoio e conversas elucidativas, durante o Projeto Memórias Reveladas.

Aos amigos João Paulo Gondim Cardoso, Gabriel Guedes, grandes amigos, com os quais contarei pela vida toda.

Ao Professor Domingos Abreu, pelo aprendizado e pelo apoio no início desse empreendimento.

Ao Seu Domingos, à Tia Fátima, ao Walter (in memoriam) e à Vânia. Por terem, cada um à sua maneira, contribuído com este trabalho.

A todos os informantes desta pesquisa, sem os quais este trabalho não seria o mesmo. Pela coragem e disposição em contribuir com informações enriquecedoras e fundamentais para a pesquisa.

Enfim, agradeço a tod@s aqueles que estiveram presentes em minha vida me apoiando e contribuindo para que este trabalho fosse possível de ser realizado. Pelo amor, carinho, apoio, cuidado e incentivo de cada um.

## RESUMO

O objetivo desta monografia foi a realização de uma pesquisa sobre o Programa Ronda do Quarteirão, em Fortaleza, da perspectiva que a crise da violência é uma crise de controle social. Assim, tal programa de policiamento comunitário se apresenta, de acordo com seu Projeto (CEARÀ, 2008), como uma “alternativa” ao modelo de policiamento “convencional”. Com base em análises de entrevistas realizadas com policiais militares bem como de documentos oficiais, as análises aqui apresentadas demonstram o que podem ser interpretadas como “erros” e “acertos” do referido programa, de acordo com a percepção dos informantes da pesquisa. Além de demonstrar que o programa conserva uma série de características inerentes ao modelo ao qual se apresenta como “alternativa”.

**Palavras-chave:** Violência. Polícia. Controle Social. Policiamento Comunitário.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 O CAMPO: O UNIVERSO INVESTIGADO</b> .....	12
2.1 A trajetória de pesquisa .....	15
2.2 Novos rumos.....	20
2.3 As entrevistas.....	22
<b>3 VIOLÊNCIA, POLÍCIA E CONTROLE SOCIAL</b> .....	30
3.1 Violência e Controle Social.....	31
3.2 Polícia e Controle Social .....	37
<b>4 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ</b> .....	42
4.1 O contexto cearense.....	44
<b>5 CONFLITO DE MODELOS: “TRADICIONAL” E “COMUNITÁRIO” NO CEARÁ</b> .....	49
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é analisar o Programa Ronda do Quarteirão a partir de uma concepção própria do programa que se apresenta, em seu Projeto (CEARÁ, 2008), como uma “alternativa”, como um meio para a construção de uma nova polícia que “supere” o modelo tradicional de policiamento que, “[...] a despeito de todos os esforços empreendidos, mostrou-se incapaz de proporcionar segurança para as diversas comunidades de Fortaleza e Região Metropolitana” (Ibid). Isso por meio de uma polícia comunitária, de proximidade, que baseie sua ação na prevenção do crime através da parceria entre polícia e população.

A pesquisa parte, então, do ponto de vista de que o aumento da criminalidade violenta é consequência de uma falha do controle social. (COSTA, 2004; TAVARES DOS SANTOS, 1997) Assim, como são inúmeras as instituições destinadas ao controle, é injusto atribuir apenas às instituições policiais a responsabilidade que também deve ser conferida à sociedade civil.

A partir dessa perspectiva, buscou-se, nesta pesquisa, analisar a implementação de um programa de policiamento comunitário, no Estado do Ceará, denominado Ronda do Quarteirão. Partindo da concepção de que é necessária uma “ruptura” entre os valores que orientam o tipo de policiamento denominado “convencional” ou “reativo” e aqueles que norteiam a ação policial no policiamento comunitário (SANTOS PINHEIRO, 2008). Além da necessidade de “organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade” (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 19). E, desse modo, fazer com que a estratégia policial seja a ação pró-ativa e não mais reativa, como no modelo “tradicional”.

Assim, a população é percebida como co-autora da Segurança Pública, e não mais como mero objeto de intervenção da polícia. Passa, agora, a ter a responsabilidade de participar de maneira próxima, do combate ao crime.

Para tanto, o trabalho de campo baseou-se na realização de entrevistas semi-estruturadas com policiais militares de Fortaleza, pertencentes ao Programa Ronda do Quarteirão e ao Policiamento Ostensivo Geral. Entrevistas em profundidade responsáveis por fornecer os principais subsídios para esta pesquisa.

Pois o que se buscou foi a análise do programa de suas ambivalências e dificuldades, a partir das percepções dos próprios policiais militares. Tanto integrantes do

programa, como dos pertencentes ao chamado POG. O qual apresenta uma enorme resistência ao Ronda, sendo esta aversão, também objeto de reflexão, nesta monografia.

Isso por que a relação existente entre os policiais pertencentes ao Programa Ronda do Quarteirão e aqueles pertencentes ao Policiamento Ostensivo Geral, constitui-se como uma figuração estabelecidos-outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000), na qual o equilíbrio de poder passa a favorecer o grupo dos outsiders que, nesse caso, são os policiais do programa comunitário.

Portanto, com base em análises destas entrevistas realizadas com policiais militares bem como de documentos oficiais, como o Projeto do Programa Ronda do Quarteirão (2008), as análises aqui apresentadas demonstram o que podem ser interpretadas como “erros” e “acertos” do referido programa, de acordo com a percepção dos informantes da pesquisa. Além de demonstrar que o programa conserva uma série de características inerentes ao modelo ao qual se apresenta como “alternativa”.

Ao todo, oito policiais militares se disponibilizaram a contribuir com o trabalho e concederam entrevistas gravadas, além de outros policiais que colaboraram por meio de diálogos informais. Sendo estes últimos, conversas não registradas, porém de grande importância para a realização desta pesquisa. Esta monografia, então, está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, é feita uma reflexão sobre as especificidades inerentes às pesquisas que tem como objeto de suas análises os militares. Autores como Castro (1990) e Leirner (1997) são algumas das referências utilizadas nesse primeiro momento. A seguir, faço um relato sobre minha trajetória de pesquisa, os obstáculos encontrados e os rearranjos necessários até o momento de definição deste trabalho.

No segundo capítulo desta monografia, é feita uma discussão acerca da ineficiência dos mecanismos de controle social, de acordo com Tavares dos Santos (1997; 2004), Costa (2004) e Elias (1994), dentre outros. O aumento da violência, assim, é vista como consequência do mau funcionamento das ferramentas de controle. A polícia, então, é entendida como uma das instituições responsáveis pelo controle social e, do mesmo modo, não se deve buscar a solução da questão da violência apenas nela.

Já no capítulo seguinte, buscou-se inteirar o leitor acerca do contexto cearense no que diz respeito às Políticas de Segurança Pública. Partindo desde o governo de Tasso Jereissati (1987-1990), até o presente. Baseando-se em trabalhos como os de Barreira (2004) e Santos Pinheiro (2008).

No último capítulo, o programa Ronda do Quarteirão é analisado, de acordo com a percepção de policiais militares do próprio programa e pertencentes ao Policiamento Ostensivo Geral. É possível observar, como dito anteriormente, que a relação entre os policiais desses diferentes grupos, Ronda e POG, caracteriza-se como uma figuração estabelecidos-outsiders. Assim, o trabalho de Elias e Scotson (2000) é apropriado para auxiliar nesta análise de relações de poder. Além do trabalho de Skolnick e Bayley (2008), bem como do próprio Projeto do Programa Ronda do Quarteirão (2008).

## 2 O CAMPO: O UNIVERSO INVESTIGADO

O tema de estudo sobre o campo militar me desperta profundo interesse desde minhas mais remotas lembranças. Talvez pelo fato de ser filho de militar que faz parte da Reserva Remunerada da Força Aérea Brasileira; ser ex-aluno do Colégio Militar de Salvador e por grande parte de minha vida ter residido em PNR's (Próprio Nacional Residencial), mais conhecidos como vilas militares. Fatos que me possibilitaram conviver com inúmeras pessoas, ambientes e situações de envolvimento direto ou indireto com o meio militar, além de despertarem em mim inúmeros questionamentos relativos ao referido campo. Assim, nas palavras de Velho, “[...] eu já possuía um tipo de conhecimento e de informação apreciável sobre parte do universo que me propus investigar.” (2003, p. 15 in VELHO; KUSCHNIR, 2003) O que, certamente, me auxiliou durante a realização desse trabalho.

Desse modo, minha proximidade com os militares fica evidente. O que não significou a ausência de obstáculos para a realização de uma pesquisa na qual estes militares seriam o objeto de minhas análises. Dificuldades dentre as quais é possível citar, como uma das principais, o “fechamento” desta categoria que não tem o hábito de expor publicamente suas opiniões sem a autorização de seus superiores hierárquicos. Sendo a pesquisa de campo, principalmente no que diz respeito às entrevistas, sobretudo gravadas, um labor que exigiu não só paciência, por parte do pesquisador, como também persistência. De acordo com Becker,

Quando pessoas se dedicam a atividades que preferem manter em sigilo, elas não põem seus nomes em catálogos ou em listas de associados de modo a tornar nossa tarefa mais fácil. Ao contrário, se empenham para esconder o que fazem do conhecimento público, e isto oculta o que fazem também de nós. Quando estudamos as pessoas e organizações envolvidas em tais atividades “desviantes”, temos que conceber métodos novos apropriados para o segredo que nos confronta. (BECKER, 1997, p.13)

As atividades dos militares não podem ser consideradas “desviantes”, porém, suas atitudes demonstram uma intenção de mantê-las em sigilo. No caso dos militares brasileiros, tanto os pertencentes às Forças Armadas quanto os integrantes das chamadas Forças Auxiliares, com o fim da ditadura, sua posição perante a sociedade passou a ser a de “berlinda”, acuramento. Antes, sua situação era a grande poder e, com a redemocratização, seu poder é reduzido drasticamente. Essa condição é consequência do fato de que toda “[...] a

dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito bumerangue.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 34)

O fato é que o “equilíbrio de poder” foi alterado. Se antes, numa figuração estabelecidos-outsiders, os militares brasileiros eram o grupo dos estabelecidos. Hoje, sua posição aproxima-se mais da de grupo de outsiders. O que não é facilmente aceito por grupos que experimentaram esse rearranjo de poder e de posições. Assim, preferem manter-se discretos e fechados.

Desse modo, conseguir contato com militares dispostos a contribuir com minha pesquisa configurou-se como um grande desafio. Foi possível perceber, em campo, que os mesmos possuem um entendimento, provavelmente proveniente de seu processo de socialização, de que dentro das instituições as quais pertencem, a palavra, a expressão de pontos de vista, não são atributos de todos. Existindo, dentro dessas organizações, aqueles que podem e que tem a função de falar em nome do grupo.

Assim, quando o que se buscava era entrevistar militares e, mais ainda, gravar tais entrevistas, me senti na posição de quem pede para que o outro produza provas contra si mesmo, algo parecido com os agentes do Estado encarregados de aplicar o teste do etilômetro, mais conhecidos como “bafômetro”, em motoristas durante a realização de uma blitz no trânsito. Leirner (1997) nos chama a atenção para esta dificuldade no trato com os militares contando-nos sobre um episódio ocorrido durante sua pesquisa. Tal episódio seve como exemplo de que o grande empecilho é a gravação das conversas.

[...] o primeiro contato com esse oficial foi elucidativo mais pelo que *não* aconteceu do que pelo que aconteceu de fato. Explico melhor. Perguntei se podia me conceder uma entrevista gravada, sigilosa, na qual não revelaria sequer sua patente. Ele falou para conversarmos depois e, no último dia em Brasília, fomos fazer, em sua casa, o que eu julgava que seria uma entrevista gravada. Passei cerca de quatro horas com o gravador, mas sem apertar a tecla *rec*, pois não obtive autorização. Não possuir prova gravada de horas de conversa sobre experiências exemplares é uma sensação indescritivelmente ruim. Que só foi superada por outra experiência igualmente indescritível, quando, de volta a São Paulo, cheguei a uma explicação plausível para o que havia — ou melhor, não havia — ocorrido. Conectando observações que já se delineavam ao longo do tempo, especialmente espelhando através de mim uma realidade hierárquica, que me punha em contato com um circuito determinado de pessoas, numa clara posição de subordinação, levantei a hipótese de que o problema remetia à lógica da hierarquia — o oficial não estava autorizado a falar, a tomar uma posição, como indivíduo que é, sem antes ter o aval da cadeia de comando. (LEIRNER, 1997, p. 47-48)

Portanto, os militares não são autorizados a conceder entrevistas sem a prévia autorização de seus superiores hierárquicos. Alias, pelo fato de “[...] sua formação e

socialização nessa instituição [serem] baseada[s] na disciplina e hierarquia [...]” (LEIRNER, 1997) só lhes é permitido agir sem a necessidade de consultar um superior em casos corriqueiros, os quais já existem precedentes e onde já se sabe qual atitude “prevista” e adequada para a situação (LEIRNER, 1997; CASTRO, 2004).

Além disso, outro fator pode servir para explicar a dificuldade em obter entrevistas gravadas com os militares. Trata-se da concepção de que quando um militar fala, concede uma entrevista, expõe seu ponto de vista sobre algo publicamente, o faz em nome da instituição ao qual pertence. Ou seja, por mais que o que seja dito por um militar sejam suas opiniões pessoais, fora do horário de serviço etc., a instituição entende que, aqueles que ouvirem, estabelecerão uma ligação imediata entre o indivíduo (e suas posições) e a instituição. Por isso, aqueles que transgridem tal norma estão passíveis de punição, o que dificulta, consideravelmente, a realização de entrevistas gravadas com os mesmos.

Outro ponto que contribui para tornar gravações mais difíceis pode ser uma espécie de preocupação permanente em “manter as aparências” da instituição militar. Ou seja, tem-se sempre um discurso padronizado, previamente estabelecido onde se busca deixar claro que tudo está sob controle, dentro da normalidade etc. Não podendo, a organização, permitir que haja declarações que evidenciem a fragilidade da mesma. Talvez pelo fato de a existência dessas instituições serem voltadas para a tarefa de manter a ordem, garantir o respeito às leis, manter a soberania nacional, enfim, tarefas semelhantes à de um pai em relação a sua família. Que, em certos casos, se sente na obrigação de não transparecer um problema financeiro, por exemplo, para que seus filhos se sintam seguros.

Assim, a pretensão de se realizar um trabalho de monografia demanda, sem dúvida alguma, um enorme esforço e dedicação daqueles que têm esse objetivo. São inúmeros os empecilhos que devem ser superados durante tal empreitada e a pesquisa de campo aparece nesse contexto tanto como um desses percalços como, também, como uma experiência muito enriquecedora. Principalmente quando o que se pretende realizar é um trabalho no qual o objetivo é entender um dos chamados grupos dominantes da sociedade, principalmente no que diz respeito aos militares das Forças Armadas. O que não significa dizer que empreender um trabalho de pesquisa com militares das forças auxiliares seja algo simples ou fácil. Pois estes também apresentam certa aversão e receio por temerem punições de seus superiores e, também, por se sentirem constantemente “massacrados” pela mídia e pela sociedade como um todo. O que, por um lado, faz com que se retraiam e, por outro, sintam a necessidade de desabafar.

Outra dificuldade quando se pretende estudar os militares é a bibliografia, na área das Ciências Sociais, que, apesar de extensa, é composta principalmente por trabalhos que tratam dos militares desconsiderando “a instituição militar como um objeto legítimo de análise por si mesmo.” (CASTRO, 2004, p.16) Além disso, Castro também chama a atenção para que, reforçando o que já foi dito anteriormente, há uma enorme dificuldade para que pesquisadores tenham acesso às instituições militares.

Tais dificuldades foram experimentadas por mim desde o primeiro momento em que decidi enveredar por esse caminho. Dificuldades que, em certos momentos, causaram-me a impressão de que o trabalho talvez não fosse exequível. Mas que, por outro lado, se configuraram como um desafio que proporcionou inúmeros momentos interessantes e, ao mesmo tempo, gratificantes para o pesquisador. Além de ter sido, o trabalho de campo, essencial para a realização do trabalho tornando possível uma articulação entre teoria e empiria enriquecendo, desse modo, as análises apresentadas neste trabalho.

## **2.1 A trajetória de pesquisa**

Inicialmente, o objetivo desse trabalho era realizar uma pesquisa onde se tentaria compreender como é o processo de produção do *habitus* dos recrutas do serviço militar obrigatório (SMO) nas forças armadas brasileiras. O que seria realizado através da observação dos mesmos, análise dos materiais utilizados em sua capacitação e entrevistas com alguns desses recrutas e de seus responsáveis.

O *habitus* é definido por Bourdieu (2007) como o produto de uma aprendizagem inconsciente, uma aparente aptidão natural que possibilita ao sujeito circular livremente em um determinado meio social. Sendo assim, aqueles que ingressam no campo militar ainda não dominam o *habitus* específico deste campo. Ao passo que, em um processo lento e gradual, estes recém-chegados passam por uma socialização que os possibilita conhecer e dominar os códigos, regras, costumes, enfim, o *habitus* específico deste campo. Desse modo, o objetivo primordial dessa pesquisa seria entender como esse processo acontece. Algo que se mostrou extremamente desgastante antes mesmo de ter sido iniciado, tendo em vista que para que o trabalho fosse realizado era necessária a obtenção da autorização daqueles que comandam os recrutas do SMO.

Meu trabalho, então, teve início na Base Aérea de Fortaleza, no final do ano de 2009, por se tratar de uma organização militar pertencente à Força Aérea Brasileira, da qual meu pai pertenceu durante anos e a qual desenvolvi profundo interesse, respeito e admiração. Portanto, pretendia realizar a pesquisa com os recrutas que prestam o Serviço Militar Obrigatório, também conhecido como conscrição, nesta organização.

Para isso, estabeleci contato por telefone com um oficial do Centro de Comunicações Sociais da Base Aérea, o qual se tornou meu “contato” naquela instituição. Este oficial era conhecido de meu pai pelo fato de já terem trabalhado juntos em outra base da FAB, há algum tempo. Assim, ele se tornou um aliado disponibilizando-se a me ajudar no que “estivesse ao seu alcance”.

Foi a partir das orientações dadas por esse militar que guiei minhas ações com base nos procedimentos necessários para solicitação de permissão. Entreguei, então, no prédio do Comando dessa organização militar (OM), um ofício endereçado ao comandante daquela base no qual era solicitada autorização para que eu realizasse minha pesquisa dentro daquele espaço. Juntamente com o ofício, uma cópia do meu projeto de pesquisa também foi entregue visando esclarecer o que tínhamos como objetivos e o que precisávamos para atingi-los.

Após um longo período de espera e de constantes ligações telefônicas em busca de respostas em relação à solicitação, recebemos, por meio de um ofício, a resposta na qual meu pedido era vetado pelo comandante da Base Aérea de Fortaleza. Contendo a alegação de que a presença de um civil dentro de um espaço militar poderia atrapalhar o funcionamento normal dessa organização. Assim, é válido, aqui, lembrar o que Leirner nos diz sobre a identidade militar construída por meio de sua socialização:

Cotidianamente, existe uma distinção entre “nós-militares” e “eles-paisanos” comumente aplicada quando se está apenas entre esse “nós”. Ela se manifesta cada vez que é solicitado um guia de referência que estabeleça uma demarcação entre os dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por *contraste*, formando-se assim uma *identidade contrastiva*. (LEIRNER, 1997, p.72)

A identidade militar começa pela sua oposição com a identidade civil. O próprio termo “paisano”, utilizado pelos militares para designar os que não são militares, é utilizado de forma pejorativa entre eles. “A origem de ‘paisano’ está no francês *paysan* (camponês, rústico).” (CASTRO, 2004, p.42). Assim, a idéia de conceder a um “paisano” a permissão para que tivesse acesso ao espaço físico daquele quartel, a materiais didáticos utilizados na preparação dos recrutas e, mais além, facilitar oficialmente um trabalho onde a instituição

seria analisada por um indivíduo não-pertencente a ela, aparentemente, não foi bem recebida pelos militares que se encontravam no comando da referida OM. Pelo menos não naquela ocasião.

Diante disso, o passo seguinte foi buscar a autorização junto ao Exército Brasileiro, para que a pesquisa fosse realizada com os recrutas que prestavam o serviço militar no 23º Batalhão de Caçadores, conhecido como 23 BC.

Sá (2002), tendo realizado uma pesquisa na Academia de Polícia Militar General Edgar Facó - onde são formados os Oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará - nos diz que seu relacionamento com um coronel da reserva da Polícia Militar foi de extrema importância para que conseguisse autorização para a realização de seu trabalho. Portanto, procurei um “mediador” que facilitasse meu acesso à instituição na qual pretendia obter a permissão. Enviei uma cópia de meu Projeto de pesquisa para que o tio de um amigo, que é Coronel do Exército e que serve na 10ª Região Militar (10ª RM), me ajudasse a obter tal autorização. Porém, por esse caminho não obtive mais resposta.

Paralelamente, entrei em contato com a mãe de uma amiga, civil que trabalha na administração do Círculo Militar<sup>1</sup> em Fortaleza, e que possuía proximidade com oficiais de alta patente do Exército no Estado do Ceará. Ela me indicou um oficial responsável pelas relações públicas do 23 BC, o qual fui ao encontro e fui muito bem recebido. Com ele, obtive seu aval, mas, tendo em vista que o Exército é uma instituição com base na hierarquia, eu deveria solicitar a permissão junto ao Comando da 10ª Região Militar (10ª RM), ao qual está subordinado o Comando do 23 BC. Veja o que Leirner nos diz sobre a hierarquia das Forças Armadas:

E aqui cabe a observação de que se trata de um *círculo hierárquico* multifacetado e não apenas simplesmente disciplinar, justamente pelo fato de que nem todas as decisões vão parar no ministro do Exército – as instâncias decisórias são as diferentes patentes, de acordo com a natureza do problema; na dúvida, este vai “para cima”, parando no ministro. (LEIRNER, 1997, p.49)

Castro (2004) também chama a atenção para o mesmo ponto no momento em que nos relata sua busca pela autorização para a realização de sua pesquisa, realizada na Academia Militar das Agulhas Negras, onde são formados os oficiais do Exército Brasileiro. Veja:

---

<sup>1</sup> O Círculo Militar é um clube para reuniões sociais e tem como objetivo estreitar os laços entre Forças Armadas, Forças Auxiliares e os integrantes da sociedade, conforme seu site divulga: <http://www.circulomilitardefortaleza.com.br/circulo/index.php?arquivo=historico> em 02.12.09

Se o Exército é uma instituição estruturada hierarquicamente, esse fato não pode ser ignorado por quem nele deseja pesquisar. Aquilo que é rotineiro, previsto, regulamentado, pode ser decidido por vários oficiais; já o que não possui precedentes – como o pedido que fiz – só pode ser decidido pela pessoa situada no topo da hierarquia. (CASTRO, 2004, p.160)

Assim, como o “problema” ou pedido que eu apresentara era novo, a decisão não cabia ao oficial com o qual me reuni e que, pessoalmente, era a favor da realização do meu trabalho. A decisão deveria vir “de cima”, de alguém em uma posição dentro do Exército que lhe permitisse assumir a responsabilidade de permitir, ou não, a realização de minha pesquisa no interior da instituição.

Indicou-me, então, outro oficial, chefe do Centro de Comunicações Sociais da 10ª RM, com o qual tentei estabelecer contato durante algumas semanas sem nenhum sucesso, estando ele sempre em reuniões, “missões externas” etc., restando a mim, deixar meu nome, telefone e o assunto que eu gostaria de tratar com ele. Não houve retorno.

Minha pesquisa, com os objetivos apresentados acima, se tornou inviável, por ora, por se tratar de um trabalho de conclusão de curso e no qual o tempo é um dos principais “inimigos”. Houve desse modo, a necessidade de reformulação do trabalho para que o mesmo se tornasse exequível de acordo com as possibilidades do momento.

Então, resolvi modificar o trabalho com o intuito de adaptar minha pesquisa às possibilidades existentes, porém, sem abandonar o tema em questão. A proposta, agora, seria desenvolver um trabalho semelhante ao primeiro, só que tendo como recorte o estudo de policiais militares. Isso pelo fato de existirem inúmeros colegas que desenvolviam pesquisas na instituição Polícia Militar do Ceará. Algo que facilitaria contatos, o acesso a documentos etc. A idéia, assim, seria estudar a formação dos policiais militares pertencentes ao Programa Ronda do Quarteirão.

Tal programa provocou, e ainda provoca, grandes discussões desde a campanha eleitoral para o Governo do Estado do Ceará, no ano de 2006, pois foi utilizado como principal proposta de campanha do então candidato Cid Gomes, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), e atual governador do Estado, em seu segundo mandato. Além de se tratar de uma proposta de reorientação das estratégias de Segurança Pública no Estado do Ceará. Segundo o Projeto do Programa Ronda do Quarteirão (CEARÁ, 2008, p. 3), o referido programa seria “orientado pelo lema ‘o grande salto que o Ceará merece.’”

Trata-se da recuperação do sistema de segurança pública que inclui uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente **preventiva**. Porém, quando necessário, podendo agir de forma repressiva, atuando principalmente nos crimes de menor potencial ofensivo e baseando-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e repressão qualificadas do delito, **a partir da filosofia de polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade.** (CEARÁ, 2008, p. 4, grifo nosso)

O objetivo, então, foi a criação de um programa de policiamento comunitário. E, mais além, visava-se “recuperar” o Sistema de Segurança Pública do Estado, que apresentava um quadro de ineficiência e uma imagem desgastada, por conta de casos de corrupção, violência ilegítima, abuso de poder etc.

A intenção foi deixar evidente que aquela era uma “nova” polícia, livre dos “vícios” inerentes à “antiga”. Uma nova farda foi escolhida, completamente diferente da existente antes do programa, novas viaturas foram encomendadas e a imagem de polícia “amiga”, “educada” foi estimulada.

Sua estratégia de ação foi baseada nos chamados Núcleos Geo-referenciados, ou seja, as regiões onde o programa atua são divididas em porções de áreas médias de 3 km<sup>2</sup>. Cada um desses núcleos há uma equipe do Ronda responsável por atender tal porção, não podendo se ausentar da área sob sua responsabilidade. Sendo o objetivo atingir um tempo de resposta às ocorrências de no máximo 5 (cinco) minutos. “Para cada área existira um número de telefone que corresponderá ao número da viatura.” (Ibid, p.5) E a equipe será composta por policiais permanentes, ou seja, estes policiais terão as condições para estabelecer laços com os cidadão de suas áreas, estimulando a ação conjunta entre Polícia e comunidade.

Assim, o programa foi implantado em 2007, precisamente em 10 de janeiro, com um efetivo de 20 policiais em Porto das Dunas (Município de Aquiraz), na região metropolitana de Fortaleza. Sendo ampliado, posteriormente, à Fortaleza no bairro Vila Velha, ainda em 2007, e em seguida, a mais cinco áreas piloto (Aldeota/Meireles/Praia de Iracema, Centro, Bom Jardim, Jangurussu e Conjunto Jereissati I, II e III). (BARREIRA; RUSSO, 2011)

De acordo com o Governo do Ceará<sup>2</sup>, após a implantação dessas cinco áreas piloto, o programa foi sendo paulatinamente ampliado culminando na cobertura de 122 áreas das quais 91 são em Fortaleza, 22 em Caucaía e 9 em Maracanaú. Além das cidades do

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes/ronda-do-quarteirao>. Acessado em 16 de maio de 2011.

interior do Estado que possuem população igual ou superior a 50 mil habitantes, como Sobral e Juazeiro do Norte dentre outras.

Por meio da análise de documentos como, por exemplo, o Projeto do Programa Ronda do Quarteirão, e de entrevistas com alguns policiais pertencentes a esse programa, o objetivo da pesquisa, nesse momento, seria entender como se dá a formação dos mesmos. Observar se o que é previsto no projeto está presente na prática. Buscar entender se esses policiais se vêem como diferentes dos demais policiais não-integrantes do Ronda do Quarteirão, o por quê e como a formação dos mesmo influencia nesse fato. Além de outras questões: Como os policiais que integram o Programa Ronda vêem a criação e implementação do programa? Qual a concepção deles sobre Polícia Comunitária? Quais limitações são identificadas por esses policiais em sua preparação? Além de novos questionamentos que porventura surgissem no decorrer da pesquisa.

A meta abrangente do estudo de caso, contudo, mesmo que não seja alcançada, tem conseqüências importantes e úteis. Prepara o pesquisador para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reoriente seu estudo à luz de tais desenvolvimentos. Força-o a considerar, por mais que de modo rudimentar, as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos que observa. (BECKER, 1997, p. 119)

Com esse novo direcionamento do trabalho, de fato, durante a realização da pesquisa, novos questionamentos e objetivos surgiram e acabaram por redirecionar e dar um novo delineamento ao trabalho. O que deve, mais uma vez, ser atribuído ao trabalho de campo que faz com que o trabalho de pesquisa esteja sempre sendo rearranjado. Pois, constantemente, o pesquisador é colocado diante de novos dados, antes não observados, exigindo um exercício permanente de reflexão e remodelamento, em alguns casos, do trabalho. Como se o trabalho de pesquisa “ganhasse vida”, o que obriga o pesquisador a estar sempre alerta para não perder o foco prejudicando o “andamento” do trabalho.

## **2.2 Novos rumos**

A partir da leitura de Sousa (2008), no qual o Programa Ronda do Quarteirão é utilizado como recorte para análise das mudanças operadas na política de Segurança Pública no Estado do Ceará, algo me chamou a atenção especificamente.

Esse clima de tensão e rivalidade entre os policiais da corporação militar remetem às análises feitas por Elias & Scotson (2000) em uma pequena comunidade chamada Winston Parva onde existiam apenas uma diferença entre os residentes, um grupo de moradores “estabelecidos” que estavam na região há mais de duas gerações e outro grupo composto por recém-chegados, os denominados “outsiders”. [...] Outros membros da corporação chegaram a dizer que existe duas polícias no Ceará, a “polícia do luxo” termo alusivo ao Ronda do Quarteirão, que tem atenção e respaldo do atual governo e a “polícia do lixo”, se referindo ao policiamento tradicional, atuando com limitações e que na visão de alguns policiais foi colocado para escanteio. (SOUSA, 2008, p. 86-87)

Em seu trabalho, o autor nos fala, dentre outras coisas, sobre as dificuldades de implementação de mudanças nas instituições policiais. Especificamente, nesta passagem, o problema, ou dificuldade, em questão é a resistência por parte daqueles que integram tais instituições a essas transformações. O fato de um novo modelo de policiamento estar sendo implantado, no caso o programa Ronda do Quarteirão, gozando de total atenção por parte do governo do Estado, gerou uma série de insatisfações naqueles que já faziam parte da corporação e que se sentiram “abandonados” pelo Estado. O que possibilitou o surgimento de uma figuração que se assemelhava àquela analisada por Elias e Scotson (2000), ou seja, onde existiam os “estabelecidos”, policiais que precediam o novo programa e modelo de policiamento, e os “outsiders”, sendo aqueles treinados para compor o novo programa.

Desse modo, direcionei meus esforços para realizar uma pesquisa na qual buscava observar e entender, com base nos discursos dos próprios policiais, o relacionamento entre os policiais integrantes do programa em questão e os policiais que compunham o policiamento tradicional. Para isso, o trabalho seria realizado com base em análises de documentos, principalmente o Projeto do Programa Ronda do Quarteirão (2008), notícias veiculadas por jornais do Estado do Ceará, bem como de entrevistas semi-estruturadas com policiais da Polícia Militar do Ceará, tanto integrantes do programa comunitário como de policiais pertencentes ao policiamento tradicional.

Comecei, então, buscando ter acesso ao Projeto do Programa, que se apresentou como uma tarefa difícil de ser realizada. Sendo que não era possível o acesso via internet, entrei em contato com um “conhecido” que na época era recém-ingresso na polícia, e fiz o pedido ao mesmo. Sendo assim, esse “conhecido” me informou que havia feito o pedido a um oficial de alta patente, da PMCE, e o mesmo teria sinalizado positivamente, ou seja, daria uma cópia do documento em breve. Fato que não se realizou, sendo que tal oficial passou a se esquivar sempre que lembrado da promessa com desculpas e desconversando. Assim, juntamente com colegas que desenvolviam trabalhos com a mesma temática, formamos uma espécie de coalizão onde todos tentariam ter acesso ao documento e aquele que obtivesse

êxito, compartilharia com os demais. Foi o que ocorreu. Uma amiga teve acesso ao projeto e o disponibilizou para os outros interessados, inclusive a mim.

Entretanto, com o andamento da pesquisa, o trabalho acabou por se tornar mais amplo do que o planejado. Tornando-se uma análise mais profunda sobre o aumento da violência, partindo da perspectiva de que esta tem sua origem em uma crise de controle social. Sendo as instituições policiais uma das responsáveis pelo controle. Assim, a implementação do programa Ronda do Quarteirão foi reinterpretado, por mim, como uma das ações necessárias para a diminuição da criminalidade violenta no Estado, apesar de ser considerado por grande parcela da sociedade como a única. Servindo para demonstrar o modo como as instituições policiais são responsabilizadas exageradamente na tarefa de controle social. No senso comum, a solução para o aumento da violência seria unicamente através das polícias. Idéia que não é compartilhada por mim.

Dessa forma, este trabalho acabou por se tornar uma crítica mais profunda às políticas de Segurança Pública no Estado do Ceará. Crítica ao modo como, geralmente, se buscam soluções fantásticas e espetaculosas para questões complexas e importantes. Que demandam, conseqüentemente, ações muito bem elaboradas e que levem em consideração o fato de que problemas desta ordem não são resolvidos da noite para o dia.

Obviamente, reconhece-se no trabalho a importância e a necessidade de esforços direcionados às instituições policiais, porém, defendendo que ações unilaterais não são suficientes para sanar o problema. Sendo o controle social exercido por uma série de instituições da sociedade, não é possível esperar que o funcionamento pleno de apenas uma, ou de algumas, seja suficiente.

E, além disso, a partir de uma análise do discurso de policiais militares, é feita uma reflexão sobre o programa em questão, avaliando a profundidade das mudanças trazidas com o mesmo em direção a um modelo de policiamento comunitário na cidade de Fortaleza. Observando-se até que ponto o programa trouxe inovações no que diz respeito às estratégias de policiamento.

### **2.3 As entrevistas**

O passo seguinte, então, foi a realização das entrevistas com os policiais. Como entrevistados, busquei policiais militares da cidade de Fortaleza, do sexo masculino e que

fossem soldados da corporação. Tal recorte foi delimitado visando assegurar o maior número possível de semelhanças entre os mesmos com o intuito de possibilitar que as diferenças que ficassem mais evidentes em seus discursos fossem aquelas motivadas pelo pertencimento ou não ao programa comunitário. Pois se uma policial feminina fosse entrevistada, por exemplo, outras questões estariam presentes ali, como a questão de gênero etc.

A tarefa de entrevistar estes policiais, novamente, se mostrou bastante dificultosa. Ao passo que maioria dos policiais aos quais solicitei uma entrevista gravada foram extremamente arredios e se negaram a aceitar meu pedido. Principalmente quando o policial fazia parte do chamado policiamento tradicional. Pois, quanto aos integrantes do RQ<sup>3</sup>, conseguir contato com os mesmos bem como encontrar aqueles dispostos a contribuir com a pesquisa foi tarefa mais fácil do que fazer o mesmo com os policiais “antigos”. Provavelmente pelo fato de a maioria desses policiais serem recém-ingressos na Polícia, sendo que o treinamento que os mesmos receberam foi bastante diferente daquele dado aos policiais chamados de “antigos”, além de grande parte dos mesmos ainda serem estudantes, principalmente, universitários. O que facilitou meu acesso aos mesmos pelo fato de freqüentarem lugares os quais também freqüente e compartilham certos valores com o pesquisador, como por exemplo, entenderem a importância e a seriedade de trabalhos como este.

Sendo assim, para a realização das entrevistas, é necessário destacar que foi de extrema importância o “uso” da rede de relações sociais onde o pesquisador estava inserido. Ou seja, me beneficiei de amigos, conhecidos, conhecidos de conhecidos etc., para que os informantes fossem alcançados. Segundo Velho

A partir dos anos 1970, os pesquisadores que estudam a umbanda, por exemplo, passaram a reconhecer suas empregadas domésticas e, em centros espíritas, começaram a encontrar conhecidos e vizinhos. Aliás, esses pesquisadores chegaram a diferentes grupos e a diferentes locais por intermédio de pessoas que faziam parte de suas relações mais ou menos íntimas. [...] o pesquisador brasileiro, geralmente em sua própria cidade, vale-se de sua rede de relações previamente existente e anterior à investigação. (VELHO, 2003, p. 12 in VELHO; KUSCHNIR, 2003)

E foi dessa forma que consegui realizar entrevistas gravadas com os policiais. No caso dos policiais do RQ, a estratégia utilizada para conseguir que os mesmos me concedessem entrevistas foi por intermédio de um amigo que tinha como colega de disciplina,

---

<sup>3</sup> “RQ” será uma das formas como nos referiremos ao programa Ronda do Quarteirão, de agora em diante neste trabalho.

na universidade, um soldado pertencente ao RQ. Assim, pude estabelecer contato com este policial e convencê-lo a contribuir com meu trabalho.

Este primeiro contato foi decisivo, pois, dos quatro policiais do RQ entrevistados, um foi o policial citado, outros dois foram indicados por ele e, somente o último foi contatado de outra forma. No caso, o acesso ao quarto policial entrevistado, pertencente ao RQ, foi por meio do interesse do mesmo pela Academia, pois era de sua pretensão participar de uma seleção para um mestrado na universidade, durante aquele período, o que possibilitou que nos conhecêssemos.

Este policial, em especial, trouxe informações de grande importância ao trabalho pelo fato de o mesmo fazer parte de uma minoria do RQ que já pertenciam à Polícia Militar antes do programa ser criado e implantado. O mesmo era integrante do POG quando, no ano de 2007, foi “convidado” à integrar o Programa Ronda por possuir um comportamento considerado “Ótimo” na corporação, bem como por possuir curso superior. Vale ressaltar que o mesmo foi “convidado”, entre aspas, pois fez questão de enfatizar que seus colegas que recusaram tal “convite” foram prejudicados dentro da PMCE, sendo transferidos para locais onde não gostariam de trabalhar e para outras funções que não eram de seu agrado.

Desse modo, as entrevistas foram realizadas em locais públicos, com um espaço de tempo entre elas variando de acordo com a disponibilidade de cada um dos entrevistados. Duas das entrevistas ocorreram nas dependências da Universidade Federal do Ceará, outra na Biblioteca do Centro Cultural do Banco do Nordeste do Brasil e a última, nas dependências da Universidade Estadual do Ceará. Locais escolhidos conforme a facilidade de acesso por parte dos entrevistados.

Já no que diz respeito aos policiais pertencentes ao POG<sup>4</sup> (Policimento Ostensivo Geral), a tarefa foi mais desgastante e demorada. Porém, do mesmo modo que os policiais do RQ, foi através de minhas “amizades” que consegui realizar as gravações. Como explicarei em seguida.

Tentei de diversas maneiras estabelecer contato com policiais do POG, chegando a abordar alguns na rua, inclusive, mas que me negaram repetidamente entrevistas gravadas. Do mesmo modo que Leiner (1997)<sup>5</sup>, não encontrei problemas para conversar com alguns policiais, porém, o grande receio dos mesmos era ter suas palavras gravadas. Apesar de ter deixado sempre claro que suas identidades não seriam reveladas em nenhum momento.

---

<sup>4</sup> Este compreende os policiais que não pertencem a grupamentos especializados, como Batalhão de Polícia Comunitária, Batalhão de Polícia de Choque etc., de acordo com os policiais entrevistados.

<sup>5</sup> Conforme citação na página 13 deste trabalho.

Fui aconselhado por um amigo, que também desenvolve pesquisas sobre a Polícia Militar, a entrar em contato com o presidente da ASPRAMECE<sup>6</sup> (Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará), senhor Pedro Queiroz da Silva, conhecido como “P. Queiroz”, que me recebeu de forma muito solícita e com o qual tive longas conversas no segundo semestre do ano de 2010. Solicitei ao mesmo, então, auxílio para conseguir realizar as entrevistas e recebi a promessa de que teria acesso a uma lista com nomes e telefones de alguns policiais dispostos a contribuir.

Porém, por se tratar de um ano onde ocorreriam eleições para diversos cargos, tal promessa nunca foi cumprida. Isto pelo fato de o senhor P. Queiroz ter sido candidato à Deputado Estadual, o que fez com que meu acesso a ele se tornasse algo extremamente difícil, até o momento em que o mesmo me informou que naquele período não seria mais possível me ajudar por falta de tempo para conversar com os policiais e convencê-los a colaborar. Assim, novamente fui obrigado a seguir por um caminho diferente.

Outra tentativa frustrada foi, mais uma vez, por meio de minhas relações pessoais. Uma tia de um amigo é sargento da PMCE e convenceu alguns soldados subordinados a ela a concederem entrevistas a mim. Entretanto, a mesma esqueceu-se de comunicá-los sobre o fato de que as entrevistas seriam gravadas. Assim, no dia marcado para a realização das entrevistas, fui até a companhia onde os mesmos estavam de serviço, em um domingo, mas não pude cumprir meus objetivos pelo “detalhe” da gravação. Por ser um domingo, como dito, não consegui entrar em contato com a sargento e também não consegui convencer os policiais a mudarem de idéia.

Ficou combinado, então, de eu conversar com a tia de meu amigo novamente para que ela autorizasse claramente a realização das entrevistas gravadas. O que não ocorreu pelo fato da mesma ter sido gravemente ferida em serviço e ter se afastado da PM para tratamento. Como tinha pressa para realizar o trabalho, não dispunha de tempo para aguardar a recuperação da mesma. Então, parti para outras tentativas.

Nesse mesmo período, participei de uma seleção para um estágio e fui aprovado. Tal oportunidade foi decisiva para a realização do trabalho de monografia pelo fato de, dentre outras coisas, ter feito amizades importantes sendo que uma delas foi responsável por “abrir portas” decisivas que viabilizaram o acesso a determinados membros da PMCE e, finalmente, às entrevistas. Pois, a referida pessoa com a qual me tornei amigo, por ser funcionária pública

---

<sup>6</sup> A ASPRAMECE é uma associação civil sem fins lucrativos, com finalidade, primordialmente, filantrópica e assistencial. A Entidade se propõe a dar assistência jurídica, às praças: os soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PMCE e do CBMCE. Conforme site: <http://www.aspramece.com.br/index.php?page=home>  
Acesso em: 19.05.2011.

do Estado do Ceará e ser membro do Conselho Comunitário de Defesa Social (CCDS), tinha inúmeros contatos e amizades com oficiais da Polícia Militar do Ceará.

Fui apresentado por esta pessoa, então, a um major da instituição ao qual expus minha pesquisa e o convenci da necessidade da realização de entrevistas com policiais para a realização da mesma. Felizmente, tal oficial mostrou-se bastante interessado pelo meu trabalho e concedeu a permissão para que eu realizasse as entrevistas com seus subordinados. O que eu precisa fazer era não atrapalhar o expediente dos mesmos e a incumbência de procurar os policiais dispostos a cooperar seria minha. Ainda recebi muitas recusas, porém, a grande diferença, agora, era que eu tinha a permissão de um oficial da corporação para tal tarefa, o que facilitou, e muito, o trabalho.

Um fato interessante e, ao mesmo tempo engraçado, é que todos os policiais, sem exceção, entrevistados e que eram comandados por este major simplesmente odiavam o mesmo. Não demonstravam o mínimo respeito pelo oficial e não esconderam isso de mim em nenhum momento. Isso deixou claro pra mim que não foi o respeito, a admiração ou consideração pelo seu superior que os fez aceitarem meu pedido e sim a autorização direta dada pelo seu superior. Ou seja, o importante e essencial para que os policiais aceitassem meu pedido foi a autorização concedida a mim pelo major.

Então, agora dispondo de autorização, pude adentrar a Companhia comandada pelo citado major algumas vezes, o que fazia sempre num horário próximo às 14 horas. Isso por ser o momento em que os policiais do turno “A”<sup>7</sup> estavam retornando à Companhia para que os do turno B os substituíssem. Assim, as entrevistas realizadas por mim foram com aqueles que estavam deixando o serviço nesse horário, ou seja, os do turno “A”.

Algo que deve ser destacado é que, enquanto realizava a segunda entrevista com um policial do POG, em uma sala da Companhia, fomos interrompidos por outros dois policiais que adentraram a sala sem aviso algum. Os mesmos perguntaram o que eu estava fazendo ali, num tom amistoso e interessado e, quando informados sobre a entrevista, passaram espontaneamente a participar da entrevista. Assim, como “as situações de pesquisa qualitativa incentivam, poder-se-ia dizer *exigem*, a improvisação [...]” (BECKER, 1997, p. 14), aquilo acabou tornando-se um grupo focal, o que foi ao mesmo tempo inesperado e sem uma prévia preparação, porém, uma experiência que trouxe contribuições de grande importância para o trabalho.

---

<sup>7</sup> Durante o período em que realizei as entrevistas, existiam três turnos de serviço: Turno A, de 6 horas às 14 horas; Turno B, de 14 horas às 22 horas e o Turno C, de 22 horas às 6 horas.

O mais interessante foi que, o policial que me concedia a entrevista desde o início, mudou seu discurso após o início da participação dos outros dois policiais. Antes, sua fala estava bastante afinada com o discurso oficial da Polícia, como se tudo fosse uma maravilha, com algumas exceções. Mas, no momento em que se viu acompanhado pelos os outros, passou a se sentir, de certa forma, protegido. Seu medo diminuiu. Além de ter se empolgado para desabafar.

Como já dito anteriormente, no trato com esses policiais, percebi que os mesmos tendiam sempre para dois caminhos em relação ao meu pedido: negar-se a conceder a entrevista gravada ou aproveitá-la para desabafar. No caso, a segunda opção foi a que prevaleceu. Juntos, se sentiram mais a vontade ao passo que a fala de um inspirava a do outro. O que foi ótimo para o trabalho. Ao final, após o gravador ser desligado, brincaram dizendo que não se preocupavam com o sigilo da gravação por que, como me disseram em meio à risadas: “A gente não se preocupa não... você é que deve se preocupar!”. Uma ameaça em tom de brincadeira, mas que prefiro não colocá-la à prova.

No quadro, a seguir, consta a codificação adotada para identificação dos policiais no decorrer deste trabalho. Vale ressaltar que os nomes a seguir são fictícios, escolhidos aleatoriamente, atribuídos aos policiais para facilitar sua identificação. Outro ponto que deve ser ressaltado é que os policiais Edson, Pedro e Bernardo são aqueles que participaram do grupo focal.

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>TEMPO DE SERVIÇO</b>	<b>BATALHÃO</b>
João	24 anos	Superior Incompleto	9 meses	RONDA
Márcio	23 anos	Ensino Médio	1 ano e 3 meses	RONDA
Manoel	29 anos	Superior Completo	7 anos	RONDA
Alberto	23 anos	Superior Incompleto	1 ano e 2 meses	RONDA
José	36 anos	Superior Incompleto	12 anos	POG
Edson	35 anos	Ensino Médio	16 anos	POG
Pedro	24 anos	Ensino Médio	1 ano e 6 meses	POG
Bernardo	40 anos	Ensino Médio	25 anos	POG

O João, jovem universitário, solteiro, demonstrava grande empolgação em relação à sua profissão. Para ele, era uma forma de se fazer algo pela sociedade, mais “prático” do que a “abstração” de seu curso, na Universidade. Morador da periferia da capital cearense, estava acostumado a “conviver com a violência” e demonstrava satisfação em “fazer alguma coisa” para ajudar. Porém, também entendia sua posição na Polícia como algo passageiro, como uma oportunidade de emprego. Seu objetivo era o de ser aprovado em outro concurso público “melhor”, ou “subir” na própria corporação.

Já o policial Márcio, deixou claro que sua entrada na Polícia foi como uma “salvação”, a realização de um “sonho”. De família pobre, estava satisfeito com seu emprego e com sua “posição” na sociedade. Além de poder ajudar sua mãe financeiramente, já que não possuía esposa. Relatou sua admiração pela Polícia, que observava passando em seu bairro, também na periferia, sempre distante. Havia tentado, algumas vezes, “entrar pro Exército”, sem sucesso, restando a ele apenas observar os “bonitos” uniformes dos policiais. O concurso em que foi aprovado, para o Programa Ronda, foi a maneira como conseguiu integrar a instituição que tanto admirava e que julgava não ser possível, para ele, fazer parte.

Manoel também buscou, na Polícia, um “emprego”, “estabilidade”. Ingressou na Polícia para compor o POG e, por conta de seu “bom” comportamento e, na ocasião da criação do Programa Ronda, foi “convidado” a fazer parte do programa. Com nível superior completo, sua ambição é a de ser aprovado em uma seleção para o mestrado, no qual pretende pesquisar a própria instituição da qual faz parte, como policial. Morador de um bairro considerado “bom”, em Fortaleza, assim como sua esposa, seus planos são direcionados à carreira acadêmica.

Alberto é casado, apesar da pouca idade, e cursa uma Faculdade junto com sua esposa. Nunca havia se imaginado na Polícia. Já havia trabalhado como “soldado temporário” enquanto ainda estava no ensino médio e conhecia a corporação. Muito tranquilo, aparentemente, prestou concurso para o Ronda para sustentar sua mulher e poder pagar seus estudos. Porém, quando chegávamos ao local onde a entrevista foi realizada, um grupo de garotas assobiaram e proferiram dizeres como “ê, lá em casa!”, e Alberto demonstrou gostar daquilo e comentou que aquele também era um “lado bom” da profissão.

José é casado e orgulhoso de cursar Direito em uma Faculdade privada em Fortaleza. Tinha várias reclamações acerca da PMCE, mas demonstrou certa arrogância por julgar “saber fazer bem” sua profissão. Tinha uma fala afoita e embaralhada, além de um problema de dicção. Manteve-se cauteloso, durante a entrevista. Não fornecendo muitas informações sobre si mesmo.

Edson também é casado e tem filhos. Relatou que em seu bairro, na periferia, é tido como referência pelos seus vizinhos que o respeitam por se sentirem seguros em morar perto de um policial. Pedro, que chegou acompanhando Bernardo após o início da entrevista, prestou concurso para o Ronda, foi aprovado e participou do treinamento do programa. Porém, foi “colocado” no POG e já havia incorporado grande parte do discurso dos policiais “antigos”. Bernardo foi o policial “mais antigo” a ceder entrevista a mim. Era o mais “revoltado” com a criação do Ronda e pelas consequências que isto trouxe para seu trabalho.

Sendo assim, foram ouvidos por mim 8 (oito) policiais militares, sendo quatro pertencentes ao programa Ronda do Quarteirão e quatro integrantes do chamado POG, Policiamento Ostensivo Geral, também conhecidos como os “convencionais” ou “antigos”. Trabalho que resultou em cerca de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos de gravações de entrevistas realizadas no período compreendido entre o mês de agosto e o mês de novembro do ano de 2010.

Vale ressaltar que os policiais entrevistados não foram escolhidos pelo pesquisador. O que ocorreu foi que, de acordo com os critérios estabelecidos e já expostos anteriormente, aqueles policiais que por ventura se disponibilizaram para contribuir com a pesquisa e que contemplavam tais critérios foram entrevistados. Desse modo, contribuíram com o trabalho policiais de diferentes idades, que residiam em locais diferentes da cidade de Fortaleza e que trabalhavam, também, em regiões diversas da capital do Estado.

### 3 VIOLÊNCIA, POLÍCIA E CONTROLE SOCIAL

Em meio a uma série de questões sociais mundiais como a fome, a discriminação por gênero, racismo, problemas do meio ambiente etc., a violência é um dos temas em maior evidência na modernidade. É recorrente, nas mais diversas esferas da sociedade, vermos tal tema em discussão e, de maneira geral, é comum tratar-se o aumento da violência como um problema policial, apenas.

Sempre que as estatísticas criminais aumentam, cresce também o clamor, em certos setores da sociedade, por mais investimentos nas polícias e, até mesmo, pelo “endurecimento” das mesmas. No Estado do Ceará, por exemplo, o antigo Secretário de Segurança Pública e Defesa Social Roberto Monteiro, civil, foi substituído por um militar pertencente à Polícia Militar do Ceará, coronel Francisco José Bezerra Rodrigues como medida de combate à criminalidade.

O gesto mais nítido do governador Cid Gomes (PSB) em busca de um novo rumo no sistema de segurança do Ceará foi a substituição do delegado federal Roberto Monteiro pelo coronel da Polícia Militar Francisco José Bezerra Rodrigues no comando da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Mais que um novo rosto e um novo nome, há um novo pensamento em curso na gestão da segurança no Ceará. Uma nova estratégia cuja essência é a construção de uma polícia “mais forte” e mais operacional para atuar em um setor cujos resultados na primeira gestão parecem ter ficado aquém das expectativas do cidadão comum e do próprio governo (Jornal O Povo, 19/03/2011)<sup>8</sup>.

Tal substituição ocorreu no início do segundo mandato do governador Cid Gomes (PSB) em 2011, e aparece como uma tentativa de reorientar as ações relativas ao combate à criminalidade no Estado do Ceará. Isso por ter sido a área da Segurança Pública um dos setores cuja aprovação da sociedade não foi alcançada, como desejado, devido aos resultados pouco expressivos, no mandato anterior, apesar das inovações e dos elevados gastos na área, principalmente em equipamentos. Gastos duramente criticados tanto pela oposição ao Governo quanto por parte da sociedade e considerados por muitos como desnecessários, como no caso da compra das novas viaturas “de luxo”<sup>9</sup> da Polícia Militar. E inovações que apresentaram efeitos aquém dos esperados. Caso do Programa Ronda do Quarteirão, um dos

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/03/19/noticiapoliticajornal.2115334/um-novo-secretario-um-novo-perfil-e-as-duvidas-de-sempre.shtml>. Acesso em 01.05.2011.

<sup>9</sup> Cada viatura, com o custo estimado de R\$ 160 mil, possui uma série de itens considerados desnecessários, como bancos de couro e câmbio automático. Além disso, a revisão anual de cada veículo custa R\$ 28 mil.

vetores da campanha do então candidato ao Governo do Estado do Ceará pelo PSB, em 2006, Cid Gomes, que apresentou resultados variados dependendo do tipo de crime em questão.

É inegável que o programa Ronda do Quarteirão teve um efeito positivo na população, aumentando a sensação de segurança, devido à maior presença de viaturas nas ruas da cidade. Seus efeitos práticos, no entanto, variam conforme o tipo de crime.

De um lado temos os homicídios, onde os efeitos do programa RQ não apresentaram resultados efetivos em médio prazo. Porém nos crimes contra o patrimônio, aqui no caso furtos e roubos, demonstraram uma tendência de queda que se repetiu ao longo dos três anos aqui analisados. (BARREIRA; RUSSO, 2011, p. 9)

No citado artigo, os autores analisam os três primeiros anos (2007, 2008 e 2009) de atuação do Programa Ronda do Quarteirão. Apesar de seus efeitos “positivos”, é possível perceber que suas ações apresentam limitações, o que nos possibilita afirmar que o problema da violência não pode ser resolvido apenas com medidas e inovações nas organizações policiais. Estas devem ser entendidas e tratadas como parte das soluções para a questão e não como a única.

Na realidade, as instituições policiais são parte de um grupo maior de mecanismos de Controle Social, responsáveis pela auto-regulação da sociedade de acordo com princípios e valores desejados. Fica claro, então, que o controle social não é exercido apenas pelas organizações policiais. E, além disso, as mesmas não têm, ou pelo menos não devem ter papel central nesse controle (COSTA, 2004), o que debateremos mais adiante.

Assim, discutiremos o problema da violência a partir da perspectiva de que tal fenômeno é um reflexo de uma crise dos mecanismos de controle social, da ineficiência dos mesmos, e não apenas das organizações policiais.

### **3.1 Violência e Controle Social**

Todo indivíduo que vive em comunidade, a partir do momento de seu nascimento passa por um processo de socialização no qual aprende uma série de normas, costumes, tradições, valores, medos, padrões estéticos etc., pertencentes à sociedade da qual faz parte. É por meio da socialização que é transmitido ao indivíduo os padrões culturais do grupo no qual está inserido.

Nesse processo, então, encontramos como principal instrumento o controle social. Tal controle destina-se a imprimir no espírito dos indivíduos os valores de determinado grupo ou sociedade afim de que suas ações estejam sempre de acordo com o esperado pela coletividade, ou seja, que seu comportamento não seja divergente do socialmente esperado.

O controle social pode ser observado com facilidade, na vida em sociedade. É possível notá-lo na família, quando uma mãe castiga um filho por comer com a boca aberta; na escola, quando uma professora penaliza um aluno por falar em um momento inoportuno; na convivência com os amigos, quanto caçoam de alguém pelas roupas que está usando; ou quando um indivíduo é preso pela Polícia por infringir uma lei. Isso para citar apenas alguns exemplos.

Em toda sociedade, existem ferramentas que funcionam como mecanismos de Controle Social. Tais ferramentas, ou mecanismos, atuam com o objetivo de, como dito anteriormente, manter a ordem, a consonância dos comportamentos dos indivíduos com os padrões estabelecidos em cada sociedade. É, também, dessa forma que os indivíduos aprendem que não se pode matar, roubar, que o dever de “fazer justiça” é do Estado etc. Assim, o aumento da violência pode ter como uma de suas principais causas uma crise do controle social. É desse pressuposto que partiremos, nesse capítulo.

As formas de controle social, então, irão variar de acordo com a configuração social existente em cada sociedade. Segundo Costa (2004, p. 95), “[...] a forma de controle social e o papel das polícias dependem de fatores políticos, sociais e econômicos.” Assim, podemos estabelecer uma ligação estreita entre modo de produção e tipo de controle social. Pois, seja qual for a estrutura social, o grupo dominante busca impor seus princípios e valores aos demais grupos da sociedade (COSTA, 2004), de modo a garantir seus interesses e a manutenção da estrutura. Em estruturas escravocratas e feudais, os proprietários privados tinham um papel central no exercício do controle social. Já nas sociedades onde o modo de produção é capitalista, o papel dos proprietários foi reduzido enquanto houve o aumento do papel do Estado.

Esse processo deu-se pro meio do processo civilizador do qual Norbert Elias (1994) nos fala. Tal processo possibilitou, dentre outras coisas, a substituição gradual da violência privada pela violência monopolizada pelo Estado. Tal monopólio é mais evidente quando observamos as instituições policiais por serem destinadas ao controle social, porém com uma diferenciação em relação às demais instituições com a mesma responsabilidade: a permissão para o uso da força, caso necessário (BAYLEY, apud COSTA, 2004). Talvez esteja aí o motivo, ou pelo menos um dos principais motivos, para que tais instituições sejam tão

cobradas como se fossem as únicas responsáveis pelo controle social. São tidas como a personificação de tal controle por parte do Estado.

Podemos, então, pensar o controle social a partir de duas perspectivas complementares. A primeira parte do pressuposto de que é indispensável um controle externo sobre as ações dos indivíduos. Nessa perspectiva, o Estado é quem tem a missão de exercer esse controle, pois, como Thomas Hobbes (2006) nos chama a atenção, o homem em seu estado de natureza é egoísta e violento. Daí a necessidade de um Estado coercitivo ou Estado-Leviatã para manter sob controle as ações dos indivíduos e possibilitar a convivência entre eles.

A segunda perspectiva leva em consideração o controle interno realizado pelo próprio sujeito. Desde cedo, o indivíduo passa por um processo de socialização onde infere os valores e princípios da sociedade da qual faz parte. Aprende os códigos de conduta, padrões estéticos, enfim, passa pelo processo de produção do *habitus* daquela sociedade. Porém, não podemos supor que tal *habitus* seja algo padronizado, uniforme em todas as esferas da sociedade, mas existem certos traços comuns entre os meios sociais que pertencem à mesma sociedade. Assim, o próprio indivíduo exerce um autocontrole sobre suas ações sendo orientado pelos seus medos, desejos, preferências, costumes etc.

O modelo de autocontrole imposto aos indivíduos, ainda segundo Elias, varia de acordo com a função e a posição deste indivíduo na sociedade. Nas sociedades modernas, dada a sua extrema diferenciação, existem simultaneamente inúmeros modelos de autocontrole social. Certos medos e vergonhas impostas a determinados segmentos sociais não são encontrados em outros segmentos. (COSTA, 2004, p. 97)

Ou seja, diferentes indivíduos pertencentes à mesma sociedade terão modelos de autocontrole diferentes. Um grande empresário pertencente à classe dominante da sociedade, seguramente apresentará determinados valores, tipo de conduta, desejos etc., diferentes de um indivíduo pertencente a uma classe mais baixa. Algumas atitudes que podem ser comuns e rotineiras para um, podem ser inadmissíveis para o outro. Porém, certamente existirão convergências. Um exemplo para isso pode ser observado no que diz respeito ao aumento da violência, que aparece hoje como preocupação tanto de ricos como dos pobres. Isso ocorre pelo fato de ambos pertencerem à mesma teia social, onde a dinâmica predominante é a mesma tanto para o rico quanto para o pobre. As diferenciações aceitáveis entre os modelos de autocontrole serão aquelas que representam grandes rupturas com a “dinâmica concreta do entrelaçamento social”.

A estrutura de controle social, então, é composta por essas duas faces que, articuladamente, agem sobre os indivíduos exercendo controle sobre suas ações. O controle externo e coercitivo, exercido principalmente pelo Estado, juntamente com o controle interno e ideológico, exercido tanto pela sociedade civil como pela sociedade política, agem conjuntamente. “São, portanto, complementares, uma vez que não há dominação baseada exclusivamente na força, e tampouco existe uma ordem política fundada unicamente no consenso.” (COSTA, 2004, p. 98)

É importante frisar que o controle externo e o controle interno não são independentes entre si. O controle externo pode ser considerado aquele onde as sanções estão mais evidentes e agem de “fora” para “dentro”. Ou seja, quando um indivíduo comete um crime, o Estado é quem toma as providências e exerce o controle, aplicando sanções sobre o criminoso. No caso do controle interno, os padrões culturais inferidos pelo indivíduo são inculcados em sua mente por meio dos controles externos. A diferença é que tais padrões passam a serem cobrados pelo próprio indivíduo, pela sua consciência. Em outras palavras, “[...] o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole [...]” (ELIAS, 1994, p.193).

Segundo Elias (1994), o indivíduo passa por estas transformações psicológicas durante o processo civilizador. Sendo por meio deste, também, que nas sociedades modernas a violência privada deu espaço para o monopólio estatal da violência, como dito anteriormente. Logo, podemos desconfiar que a “crise” da violência teria, como uma de suas principais causas, a crise dos mecanismos de controle social. Daí a necessidade de redirecionamento das ações voltadas à diminuição da violência. Deve-se tomar o problema do aumento da violência como algo mais complexo, não sendo apenas um problema policial. Os esforços devem ser em inúmeras direções e não agir imaginando que se resolverá a questão unicamente através das forças policiais. Não em Estados democráticos.

Tal fenômeno da violência nos chama a atenção para o fato de que nem todos respondem aos estímulos da mesma forma. Além de nos demonstrar que em meio a esse processo de socialização, pelo qual os indivíduos passam, e da ação dos mecanismos de controle existem resistências e modos diferenciados de interpretação e aceitação. Ou seja, é preciso levar em conta a subjetividade de cada indivíduo nesse processo que, na prática, apresenta limitações. No entanto, é preciso reconhecer sua importância na sociedade e ter em mente que o controle social é o principal instrumento na sociedade para sua reprodução e manutenção e até mesmo sua transformação.

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais fone do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador. (ELIAS, 1994, p. 194)

Algo semelhante ao que Weber (2002) nos chama a atenção quando fala em afinidades eletivas. Uma série de fatores que interagem entre si e possibilitam um determinado resultado. Não que esse resultado seja planejado, mas certamente que também não ocorre como algo aleatório. Pois tal resultado está de acordo com as possibilidades apresentadas pela interação de diversos fatores.

Por conseguinte, para entendermos de maneira mais aprofundada como se dá o controle social, nas sociedades modernas, convém entendermos antes a teoria de Gramsci acerca de como se dá a dominação. Para isso, precisamos compreender alguns conceitos fundamentais desse autor, tais como: *Estado ampliado, sociedade política, sociedade civil e hegemonia*. Isso nos possibilitará apreendermos como opera o controle social por meio de suas facetas que agem articuladamente sobre os indivíduos.

Por conta das condições materiais-históricas, Gramsci elaborou uma teoria em que atribuiu uma extensão maior ao Estado. Desse modo, conseguiu enriquecer as visões tradicionais do marxismo, onde este aparece somente como “comitê da burguesia”. Nas palavras de Marx (2005), “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” A Polícia, então, apresenta-se como uma das ferramentas utilizadas pelo Estado para manter a ordem e possibilitar o desenvolvimento da nova estrutura de produção, ou seja, o capitalismo industrial. Isso se deve ao fato de que Marx, Engels e Lênin, só para citar os principais, produziram suas teorias de acordo com suas épocas, ou seja, o Estado se apresentava muito mais “limitado”, se comparado ao Estado que Gramsci vivenciou.

Na época em que construiu sua análise, o fenômeno estatal, por assim dizer, já havia se ampliado. As lutas políticas já haviam resultado em conquistas como: sufrágio universal, formação de partidos políticos de massa, fortalecimento e ampliação das ações dos sindicatos etc. Desse modo, para Gramsci, o *Estado ampliado* é constituído pela *sociedade política* e pela *sociedade civil*.

A sociedade política pode ser entendida como o conjunto de aparelhos com os quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência.

Monopólio que, nos dias de hoje, encontra-se ameaçado principalmente nos Estados periféricos onde o processo civilizador não foi concluído e, por esse motivo, nunca possuíram, de fato, tal monopólio, de acordo com Sousa Santos (1994, apud TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 3). Sendo possível observar tal ameaça por meio dos “exércitos particulares”, ou empresas de segurança privada, em forte crescimento em países como o Brasil.

Já a sociedade civil é compreendida como o complexo da superestrutura ideológica. Ela é dada pela trama das relações que os homens estabelecem em instituições como os sindicatos, os partidos, a Igreja, a escola e assim por diante.

A classe que aspira à *hegemonia* deve começar seu trabalho exatamente nestas instituições da sociedade civil, onde ela deve difundir os seus ideais, os seus valores éticos, morais, sua ideologia por meio de um trabalho ininterrupto e organizado, formando assim uma unidade moral e intelectual: um consenso geral. Isto já é a base para um grupo se tornar hegemônico: ser dirigente antes mesmo da conquista do poder, persuadindo da capacidade que tem de resolver os problemas da vida social.

Gramsci situa dentro da sociedade civil a luta pela hegemonia. O grupo que controla a sociedade civil é um grupo hegemônico; a conquista da sociedade política é o coroamento desta hegemonia.

A sociedade se estrutura em classes. Para que uma classe possa se tornar dirigente de uma sociedade inteira deve se distinguir e conquistar a direção baseada na própria ideologia (concepção de mundo), na sua organização e superioridade moral e intelectual.

Uma classe só se torna dirigente quando é reconhecida pelas outras classes a sua superioridade moral, intelectual e organizacional. Com o consentimento das outras classes forma-se um sistema articulado e orgânico de alianças sociais ligadas por ideologias comuns e por cultura comum.

Para Gramsci, é a prática política da classe dominante visando suscitar o consentimento ativo dos dominados, através da elaboração de uma função ideológica particular que visa à constituição da ficção de um interesse geral. É o exercício não coercitivo do domínio e da dominação de classe. Porque a dominação de classe pode fazer adotar os seus valores e as suas convicções pela restante sociedade através de instâncias de socialização sem ter de recorrer à força ou à repressão.

Talvez esteja situado aí, o problema do aumento da violência. Uma falha nas instâncias de socialização tendo como consequência uma enorme dificuldade em exercer a dominação e possibilitar o consenso.

Desse modo, as instituições policiais aparecem como uma das instâncias ineficientes em exercer o controle social e não mais como a única responsável pelos altos índices de criminalidade. Assim, tentaremos entender de que modo a Polícia participa do controle social e qual o seu lugar nesse complexo de instituições de dominação.

### **3.2 Polícia e Controle Social**

A Polícia é uma das instituições do Estado responsáveis pelo controle social. Porém, como dito anteriormente, possui uma especificidade que a diferencia das demais. Trata-se do monopólio do uso da violência em determinados casos. Desse modo, para analisarmos tal instituição, é necessário termos sempre em mente o fato de que ela não deve ser a única responsabilizada pelo aumento ou diminuição da criminalidade na sociedade. Pois o que faz com que as ações individuais estejam de acordo com socialmente aceito e desejado é um controle social efetivo. Isso quer dizer que é preciso que haja o funcionamento pleno de mais de uma das instituições encarregadas pelo controle social para que o mesmo alcance o efeito desejado. Conseqüentemente, não se pode culpar apenas um dos responsáveis por uma falha do sistema como um todo, muito menos cobrar uma solução unilateral.

O controle social é função do Estado como um todo, e não uma tarefa exclusiva das polícias. Cabe, portanto, ao Estado como um todo impor as normas, as crenças e os padrões de conduta desejados pelos grupos dominantes. Não é possível realizar esse controle social exclusivamente por meio da repressão policial. (COSTA, 2004, p. 112)

Tal culpa e cobrança que recaem sobre as forças policiais são fruto de observações superficiais acerca da questão do aumento da violência. O que faz com que surjam propostas de soluções miraculosas e simplistas fadadas ao fracasso total ou, no máximo, a um sucesso parcial. Como no caso do Ceará, onde grande parte da responsabilidade foi depositada no Programa Ronda do Quarteirão. Que obteve êxito relativo, tendo como resultado a redução de crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), mas não sendo capaz de reduzir o número de homicídios (BARREIRA; RUSSO, 2011). Quando na realidade, com base em análises mais aprofundadas, dever-se-ia perceber que o problema da violência é algo mais complexo e que demanda soluções, também, complexas.

Conforme Tavares dos Santos (1997, p. 160), a Polícia, nas sociedades modernas, é caracterizada como “[...] formadora de um ofício específico, marcado pela duplicidade do exercício do monopólio da violência física legítima e de um agente de produção de consenso.” Desse modo, a atividade policial é marcada por uma constante tensão entre esses dois ofícios. Sendo comum no Brasil, por exemplo, o “endurecimento” das forças policiais quando há um aumento das estatísticas criminais.

Tavares dos Santos (1997), utilizando o caso brasileiro como exemplo, também chama a atenção para a necessidade de se compreender a inserção da violência nas “relações sociais de produção social e, portanto, nas instituições”, para entendermos os fenômenos da violência. Desse modo, no Brasil, a “transformação da agressividade” e o investimento nos mecanismos de controle social, fundamentais para a “supressão da violência privada”, não foram contemplados da mesma forma que nas sociedades modernas. Ou seja:

A transição da formação social escravista para a formação social de relações capitalistas de trabalho redefiniu sem eliminar a utilização da coerção física violenta nas relações entre os aparatos repressivos e a população urbana e rural brasileira. [...] Daí o paradoxo brasileiro: democratizaram-se as estruturas políticas mas a violência, simultaneamente, cresceu e atingiu níveis que despertam o temor por toda a sociedade. [...] a organização policial na sociedade brasileira vai se caracterizar por um campo de forças sociais que se estrutura a partir de práticas de excesso de poder, a violência ilegítima. As relações dinâmicas e combinatórias desses três vetores vão definir a função social da organização policial no Brasil, na época contemporânea. (TAVARES DO SANTOS, 1997, p. 162)

São inúmeros os exemplos, ao longo da história, onde o excesso de poder exercido por membros da organização policial pode ser observado no Brasil. A tortura é um desses exemplos seja no Estado Novo, durante o regime militar ou na Nova República (ibid). Desse modo, a violência ilegítima foi inserida e naturalizada como parte das instituições policiais brasileiras. De certa forma e em determinados casos, aceita e cobrada pela própria sociedade, pois, no entendimento de muitos, polícia educada e que age sem excessos “não inspira confiança”, não parece ser eficiente e capacitada para lidar com o combate ao crime.

Reconhecer ou impor às instituições policiais o papel de peças centrais no controle social de uma sociedade implica, automaticamente, tomar como elementos fundamentais desse controle as leis e a coerção estatal, apenas (ibid). Em detrimento de todas as outras instituições dotadas dessa responsabilidade, sejam instituições do próprio Estado ou não.

No entanto, no caso dos Estados periféricos, nas sociedades da “modernidade tardia”, o processo de formação da organização policial se deu de forma diferenciada. Nessas

sociedades, além das duas dimensões do trabalho policial apresentadas anteriormente, uma terceira pode ser observada: a violência ilegítima (TAVARES DOS SANTOS, 1997). Essa terceira dimensão foi produzida historicamente nessas sociedades cujo contexto e, conseqüentemente, o modo de consolidação do poder do Estado ocorreram de modo diferente dos Estados centrais.

O que ocorre, no Brasil, é uma ausência de legitimidade das forças policiais junto à sociedade. O que, de certa forma, faz com que a polícia utilize-se com maior freqüência de violência ilegítima para alcanças seus objetivos. Por outro lado, quanto mais a polícia utiliza-se da violência ilegítima na sua atuação, menor seu prestígio e sua legitimidade junto à população a quem policia. Temos, então, um círculo vicioso.

O dilema “entre a lei e a ordem” é válido para aquelas situações em que o controle social se baseia principalmente no aparato repressivo estatal, especialmente nas polícias. Nas situações em que o controle social se estabelece principalmente por meio dos mecanismos ideológicos da sociedade civil, esse dilema perde a força. Uma vez que Estado e sociedade civil operam de forma complementar, é necessário que a atividade policial esteja de acordo com os limites impostos pela sociedade. Nesse caso, o dilema “entre a lei e a ordem” deixa de existir e dá lugar ao imperativo de controle da atividade policial, necessário para legitimar aquela estrutura de controle social. (COSTA, 2004, p. 119)

O modo como essa legitimidade é alcançada junto à sociedade passa pelo controle social existente na mesma. Onde os indivíduos aprenderiam o papel da polícia e a necessidade de sua existência; bem como haveria o estímulo ao autocontrole. Porém, “as instituições socializadoras vivem um processo de crise e desinstitucionalização, a família, a escola, processos de socialização, fábricas, religiões, e o sistema de justiça criminal (polícias, tribunais, manicômios judiciários, prisões).” (TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 5) No Brasil, além de uma enorme deficiência dos mecanismos de controle externo - onde o sistema judiciário funciona aquém do esperado, a polícia tem como uma de suas ferramentas a violência ilegítima etc. - há, também, uma ineficiência dos mecanismos de controle interno. Justamente aí, reside o problema. Principalmente no que diz respeito aos mecanismos ideológicos da sociedade, que devem ser priorizados por possibilitarem, de modo mais eficiente, a supressão da violência privada.

Há, agora, um novo contexto social que torna mais difícil o êxito dos mecanismos de controle social. As questões sociais são mais complexas como consequência de processos de massificação e individualização. Ao mesmo tempo em que questões e problemas tornam-se preocupações mundiais, como por exemplo, a questão ambiental, terrorismo, racismo etc., as

relações sociais encontram-se cada vez mais fragmentadas, fruto do que Jamenson chama de “facetas da lógica cultural do capitalismo avançado: a pluralidade, a descontinuidade, a dispersão.” (1996 apud TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 4)

Além disso, inúmeras e profundas transformações nas cidades ocorreram redesenhando bairros residenciais, comerciais etc., alterando, com isso, as relações sociais com prejuízos maiores para os menos favorecidos. Com projetos de “renovação urbana” buscou-se afastar os mais pobres das áreas centrais das cidades e dos locais que despertavam grandes interesses do setor privado. Exemplos podem ser observados em muitas cidades brasileiras, como a Comunidade chamada Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Em suma, podemos afirmar que tudo isso é fruto da diminuição do papel do Estado nas sociedades, “a falência do poder público regulatório.” (ibid, 2004, p. 6) Como resultado da “hegemonia ‘da sociedade de mercado’ [que] envolve um crítico processo de retirada da autoridade pública da supervisão e manutenção dos espaços públicos na cidade.” (TAYLOR, 1999, p. 61 apud TAVARES DOS SANTOS, 2004, P.6) O que pode ser claramente observado no que diz respeito à segurança pública, também. Com um já numeroso, e crescente, “exército” privado que evidencia muito bem a perda do monopólio da violência pelo Estado.

No caso brasileiro, como o Estado nunca deteve o monopólio da violência, de fato, o surgimento e o crescimento desses “exércitos” privados pode ter sua explicação encontrada justamente na ineficiência do Estado em cumprir, por meio das organizações policiais, seu papel de produtor do consenso e de responsável por garantir o direito à propriedade. Isso pode ocorrer quando há “[...] o enfraquecimento do Estado, tornando-o incapaz de realizar a função repressiva. Nesse caso, a sociedade civil cria mecanismos privados para desempenhar a função coercitiva.” (COSTA, 2004, p. 99)

Concomitantemente, o Estado deve adotar medidas visando o treinamento dos policiais, fazendo com que estes cumpram a lei, de fato. Além de ampliar o controle das instituições policiais, como corregedoria, ouvidoria, conselhos comunitários de segurança etc. E assegurar que punições fossem aplicadas àqueles que agissem em desacordo com a lei. Desse modo, talvez seja possível romper com o atual círculo vicioso e transformá-lo em um círculo virtuoso. Pois:

O restabelecimento das eleições democráticas e, com elas, a ampliação da participação política, por si só, não preenchem os requisitos de um regime democrático. É necessário também que o poder seja exercido dentro dos limites da lei. Para realização desse ideal democrático, portanto, torna-se fundamental a

existência e a efetivação de mecanismos de controle da atividade estatal. (COSTA, 2004, p. 117)

O quadro atual de crise demonstra uma série de fragilidades no que diz respeito à segurança pública, no geral. Mostra-nos que as diversas transformações ocorridas na sociedade tornaram os mecanismos de controle social ineficazes, no caso das sociedades onde estes já possuíam um funcionamento regular, e aprofundou seus problemas e limitações nas sociedades nas quais nunca foram bem estruturados e, conseqüentemente, não cumpriam suas funções satisfatoriamente. Desse modo, a urgência de modificações e a busca de novos modelos crescem a passos largos com o intuito de alterar a realidade do que pode ser chamado de Estado de controle social penal com as seguintes características:

A polícia repressiva, o Judiciário penalizante, a privatização do controle social, fazendo com que o crescimento das polícias privadas e das prisões privadas seja acompanhado pelo “complexo industrial-policial”, ou todos os ramos industriais envolvidos com equipamentos e instalações de prevenção e repressão ao crime, tais como seguros, segurança privada, viaturas, equipamentos de comunicação, sistemas de informação etc. (TAYLOR, 1999, p. 213-222 apud TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 9)

Em contrapartida, é crescente o número de instituições da sociedade civil que atuam exercendo funções que antes eram do Estado ou pelo menos que atuam pressionando o mesmo para que cumpra seu papel. No Brasil, há exemplos desse tipo de ação coletiva, além de outros exemplos de tentativa de modificação dos mecanismos de controle social com o intuito de torná-los eficientes. Dentro dessa mesma discussão, algo que tem ganhado um destaque crescente, em diversos setores da sociedade, é tocante às polícias militares e suas estratégias de ação.

Desse modo, veremos no capítulo seguinte as modificações ocorridas na política de Segurança Pública do Estado do Ceará, desde o primeiro governo de Tasso Jereissati (1987 – 1990) até o presente momento, onde o governador Cid Gomes (PSB) encontra-se no primeiro semestre de seu segundo mandato.

Com isso, buscaremos observar as ações do Estado voltadas para solucionar determinadas crise, no campo da Segurança Pública. Além de analisarmos, de modo mais aprofundado, o Programa Ronda do Quarteirão. Tido, pelo menos no início, como um “divisor de águas” no que diz respeito às estratégias do Estado no combate à violência.

## 4 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Nos últimos anos, tem-se falado muito sobre policiamento comunitário, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. E são vários os exemplos onde há a tentativa de implementação de um modelo de policiamento diferente do modelo profissional-burocrático, predominante durante o século XX, e que será explicado mais à frente neste capítulo.

Rapidamente, é possível citar algumas experiências em países como Austrália, onde “[...] o policiamento comunitário continua sendo uma atividade especializada restrita [...]” (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 42); Dinamarca, com um modelo voltado para os jovens; Cingapura, caso considerado “[...] exemplo de transformação das tradicionais estratégias policiais reativas em um programa de policiamento comunitário amplo” (Ibid., p. 52)<sup>10</sup>.

Por conta disso, o modelo de policiamento comunitário tem sido visto por muitos como um grande avanço, e até mesmo uma solução, no que diz respeito a estratégias de policiamento. Além de ser crescente a atenção voltada para esse modelo que traz modificações importantes em relação ao modelo profissional-burocrático. Assim, de acordo com Skolnick e Bayley (2002, p. 11), “O papel da polícia face à comunidade é uma questão central no policiamento moderno.”

No Brasil, é possível observar diversas ações do Estado, seja na esfera federal ou estadual, com o intuito de implementar mudanças nas organizações policiais visando modificar as práticas tradicionais de policiamento. A aprovação do Plano Nacional de Segurança Pública, no ano de 2002, bem como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em 2007, são exemplos de ações do governo federal nesse sentido. No que diz respeito ao Estado do Ceará, podemos citar os Conselhos Comunitários de Defesa Social, oficialmente implantados em 1998. Tais conselhos foram criados em 1985, com o nome de Conselhos Segurança, e posteriormente foram ampliados e aprimorados. Além do Programa Ronda do Quarteirão, em operação desde o ano de 2007.

O modelo de policiamento comunitário, então, tem obtido cada vez mais a aprovação em diversos setores da sociedade. Por conta disso, somos levados a desconfiar que, de alguma forma, o modelo de policiamento “tradicional” não vem suprimindo, suficientemente, as necessidades a ele apresentadas pela sociedade, fazendo com que se busquem outros

---

<sup>10</sup> Para mais exemplos de experiências de policiamento comunitário em diversos locais do mundo, ver Skolnick e Bayley (2002).

modelos capazes de atender satisfatoriamente a demanda apresentada. Segundo Santos Pinheiro (2008, p. 45), “a razão disso está relacionada ao fato de que a polícia, como instituição representante do Estado, não pode estar desvinculada de práticas que tenham como objetivo a produção da legitimidade social.”

Dois motivos podem ser considerados como principais para explicar tal fenômeno no Brasil. O primeiro diz respeito à possível incapacidade do modelo profissional-burocrático de policiamento em combater o crime e realizar a manutenção da ordem. Já o segundo, é referente à incompatibilidade de modelos de policiamento autoritários em um contexto onde o sistema e ideais democráticos tendem à expansão, o que tem gerado um quadro de ausência de legitimação com relação às forças policiais (KAHN, 2000; MARINHO, 2002). Conforme SANTOS PINHEIRO (2008, p. 85), “[...] do ponto de vista geral, projetos de policiamento comunitário emergiram em consequência do descrédito no trabalho policial.”

Desse modo, o modelo de policiamento comunitário propõe uma reorientação das estratégias de policiamento, em relação ao modelo profissional-burocrático, assim como uma alteração de diversos valores, nos quais se baseiam a ação policial. Tais mudanças aparecem como uma busca por melhoramentos das forças policiais por meio de transformações em suas estratégias de ação tendo como finalidade ampliar sua eficiência e torná-las condizentes com a sociedade em um Estado de Direito, sendo a proximidade com a população a base do trabalho policial nesse modelo.

A concepção de polícia comunitária, implantada, inicialmente, na Inglaterra, em 1829, por Robert Peel, baseia-se na premissa de que “a polícia é o público e o público é a polícia”. O projeto estabeleceu como prioridade um tipo de polícia que tivesse como missão proteger as conquistas de liberdades dos indivíduos em suas relações comunitárias. Ao contrário do modelo bipartido francês de Guarda Civil no campo e Tenência, em Paris, o policiamento comunitário surge da necessidade de criar canais de participação do povo com a polícia. Nessa concepção, buscou-se romper com o sistema de policiamento reativo, vigente ao longo do século XX, inspirado na teoria positivista, cujo referencial baseia-se na premissa do chamado paradigma profissional “nós” a polícia e “eles” a sociedade. (SANTOS PINHEIRO, 2008, p. 45)

Nesse sentido, a população é chamada a contribuir como co-autora da Segurança Pública. Tendo como objetivo a transformação da polícia em uma organização cujas ações passem a ser pró-ativas e não mais reativas, como no modelo “tradicional”. A população, desse modo, deixa de ser apenas “objeto da intervenção” da polícia e passa a ser considerada como um “agente ativo” e uma parceira. (SANTOS PINHEIRO, 2008; SKOLNICK, BAYLEY, 2002)

#### 4.1 O contexto cearense

Em 1985, após mais de duas décadas de Regime Militar (1964-1985), o Brasil deu início a um processo de redemocratização. Processo que ainda encontra-se em curso, visto que inúmeras instituições estatais ainda permanecem impregnadas pelas práticas tradicionais do passado recente de autoritarismo.

Nesse processo, uma série de questões relativas à Segurança Pública veio à tona no país. Questões ligadas à incompatibilidade de certas instituições com um Estado de Direito, de modo que muitas persistem até os dias atuais. Dentre elas é possível citar o aumento da violência, inúmeros casos de abusos de autoridade policial, o uso rotineiro de violência ilegítima pela polícia etc.

Em contrapartida, foram muitas as ações dos Estados com o intuito de solucionar tais questões como as que veremos aqui, especificamente no Estado do Ceará, a partir do primeiro governo de Tasso Jereissati, que teve início em 1987.

O governo de Tasso Jereissati teve como marca, desde sua campanha, o discurso de que as ações do Estado deveriam ter como base a a racionalidade com o objetivo de otimizar as ações do governo e, assim, modernizar o Estado do Ceará. Desse modo e, somente desse modo, o tão desejado desenvolvimento seria alcançado. Assim, a dicotomia “moderno” e “atrasado” esteve presente nesse governo que se deparou com inúmeras dificuldades e obstáculos para colocar em prática seu modo de governar “modernizador”.

O legado de 21 anos de vigência de um regime autoritário (1964-1985) deixou, como nos demais Estados brasileiros, marcas problemáticas para uma efetiva instauração de um Estado de Direito, comprovando o fato de que a redemocratização do regime de governo não se dá por um “passe de mágica”, capaz de conduzir automaticamente a democratização das instituições do Estado. (BARREIRA, 2004, p. 78)

Uma dessas marcas deixadas como “herança” nas instituições policiais é a violência ilegítima como prática recorrente em suas atividades. A tortura é um exemplo nítido disso. Porém, nesse período tais métodos de ação eram mais comuns por ter sido este o primeiro governo eleito após o Regime Militar. Porém, nos dias de hoje, essa prática ainda não foi extinta, mas provavelmente a pressões contrárias, bem como a vigilância por parte da sociedade, sejam maiores e mais difundidas.

Aqui, cabe ressaltar o caráter político das instituições policiais, o que pode ser constatado analisando tal situação. Mesmo diante de inúmeras transformações no Estado, a Polícia continuou agindo de acordo com certas práticas antigas. (COSTA, 2004) Em desacordo com o que vigorava no momento. Isso de forma tão profunda que até mesmo nos dias atuais podemos observar que tais práticas ainda persistem. De acordo com Costa,

[...] a persistência de práticas sociais, mesmo depois de diversas transformações sociais e políticas leva-nos a questionar o quanto as polícias são mero resultado das condições históricas existentes e não constituem um ator político em si. [...] Não necessariamente as mudanças sociais e econômicas fazem-se sentir em todo o aparelho estatal. É possível, por exemplo, que parte do aparato estatal continue comportando-se a partir de valores e dentro de uma estrutura, preexistentes a tais mudanças. (COSTA, 2004, p. 103)

Tal fenômeno tem como causa o fato de que as instituições são constituídas por indivíduos os quais passaram por uma socialização onde adquiriram determinados padrões de conduta, dentre outras coisas, e que não se despojam facilmente dos mesmos. O habitus profissional desses indivíduos era composto, também, por práticas de violência desnecessária e abusos de poder. O que faz com que esses tipos de transformação social, política ou econômica sejam processos lentos e complexos. Faz-se necessário a instauração de um novo habitus.

O primeiro governo também foi marcado pela dicotomia “novo” e “antigo”, pelo fato de ter como “bandeira” a intenção de modernizar o Estado, de implantar um modelo administrativo moderno e, por esse motivo, chamado de “governo das mudanças” (BARREIRA, 2004; SANTOS PINHEIRO, 2008). Deixando para trás as antigas práticas do período chamado de “governo dos coronéis”. Na área de Segurança Pública, isso significava romper com as tradições do passado de violência ilegítima e desconfiança da população em relação à Polícia. O objetivo, então, foi recuperar internamente e externamente as polícias visando a maior eficiência das mesmas, bem como para recuperar a confiança da população. Assim, uma cúpula foi escolhida para comandar as Polícias Civil e Militar.

Tal fato não foi bem aceito pelos integrantes das forças policiais cearenses por conta de terem sido escolhidos para dirigir a Secretaria de Segurança pessoas de outro Estado. No caso Moroni Torgan e Renato Torrano, sob o discurso de que deveriam ser profissionais capacitados para tal missão. Além disso, buscaram-se pessoas que gozavam de certo distanciamento pelo fato de as forças policiais no Estado estarem inundadas por indisciplina,

desrespeito à hierarquia etc., o que era tido como algumas das causas das ilegalidades encontradas nas mesmas. O fato é que isso gerou grande mal-estar.

No ano de 1993, um grande escândalo abalou os órgãos de Segurança Pública, no Ceará. Em decorrência do flagrante de uma seção de tortura ao pedreiro Antônio Ferreira Braga no interior de uma delegacia de polícia. Fato que ganhou repercussão nacional e maculou justamente os dois vetores de mudança anunciados pelo governo, ou seja, a moralização e a modernização das instituições de Segurança Pública do Estado.

Outro caso, dessa vez em 1997, foi a repressão a um protesto do MST (Movimento dos Sem Terra), em Fortaleza. Onde os manifestantes foram cercados por um elevado efetivo da Polícia Militar, contando com a participação de diversos batalhões e grupos especiais da Polícia, configurando um quadro de desproporção de forças. Ali, um “massacre” foi impedido pela presença da imprensa e por intervenção de parlamentares.

Também em 1997, veio à tona o escândalo conhecido como “Caso França”, no qual inúmeras denúncias foram feitas por um preso envolvendo policiais civis, militares e membros da cúpula das instituições de segurança pública do Ceará. Foi em decorrência desse escândalo que a então Secretaria de Segurança passou a se chamar Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, como tentativa de restabelecer a imagem de moralização dos órgãos de segurança do Estado. A unificação das atividades das instituições ligadas à segurança pública passou a ser uma das principais metas. Foi criada, também, a Corregedoria Geral dos Órgão de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (CGOSPDC).

No mesmo ano, uma consultoria foi contratada para elaborar um projeto de segurança pública. William Bratton, ex-chefe da Polícia da cidade de Nova York e responsável pela implantação da chamada política de “Tolerância Zero” estava à frente dessa consultoria externa. Precisamente, da empresa de nome First Security Consulting, que elaborou um projeto para implantação de Distritos Modelos em Fortaleza, que em 2005 passaram a se chamar Área Operacional de Integração (AOPI). Sendo o eixo de ação desses distritos baseados na integração das ações das Polícias Civil e Militar. E com “[...] o objetivo de descentralizar as ações policiais, bem como estabelecer a integração e a parceria com as comunidades de bairro na cidade de Fortaleza [...]” (SANTOS PINHEIRO, 2008, p. 117).

Outro fato de grande relevância foi a busca pela proximidade com a população através dos Conselhos de Segurança, criados em 1985. Idéia que foi “aprimorada” e ampliada, resultando nos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), em 1998. Compostos por integrantes do Estado e da comunidade, surgiram como espaço de integração entre essas duas esferas e visava possibilitar a participação da população no combate à criminalidade.

Já no primeiro governo de Cid Gomes, iniciado em 2007, essa proposta de envolvimento da população no combate ao crime ganha mais força. É criado o Programa Ronda do Quarteirão.

Trata-se da recuperação do sistema de segurança pública que inclui uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva. Porém, quando necessário, podendo agir de forma repressiva, atuando principalmente nos crimes de menor potencial ofensivo e baseando-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e repressão qualificadas do delito, a partir da filosofia de polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade. (CEARÁ, 2008, p. 4)

Surge, então, mais um fato importante na área de Segurança Pública do Estado do Ceará. Dando, desse modo, continuidade ao movimento de modificação da Política de Segurança Pública do Estado no sentido de aumentar a participação da população nessa área. Trata-se do Programa Ronda do Quarteirão, implantado no ano de 2007 e que, desde o início de suas operações, apresentou certas dificuldades e limitações. Sendo, por isso, alvo de duras críticas tanto externas à corporação policial, quanto internas.

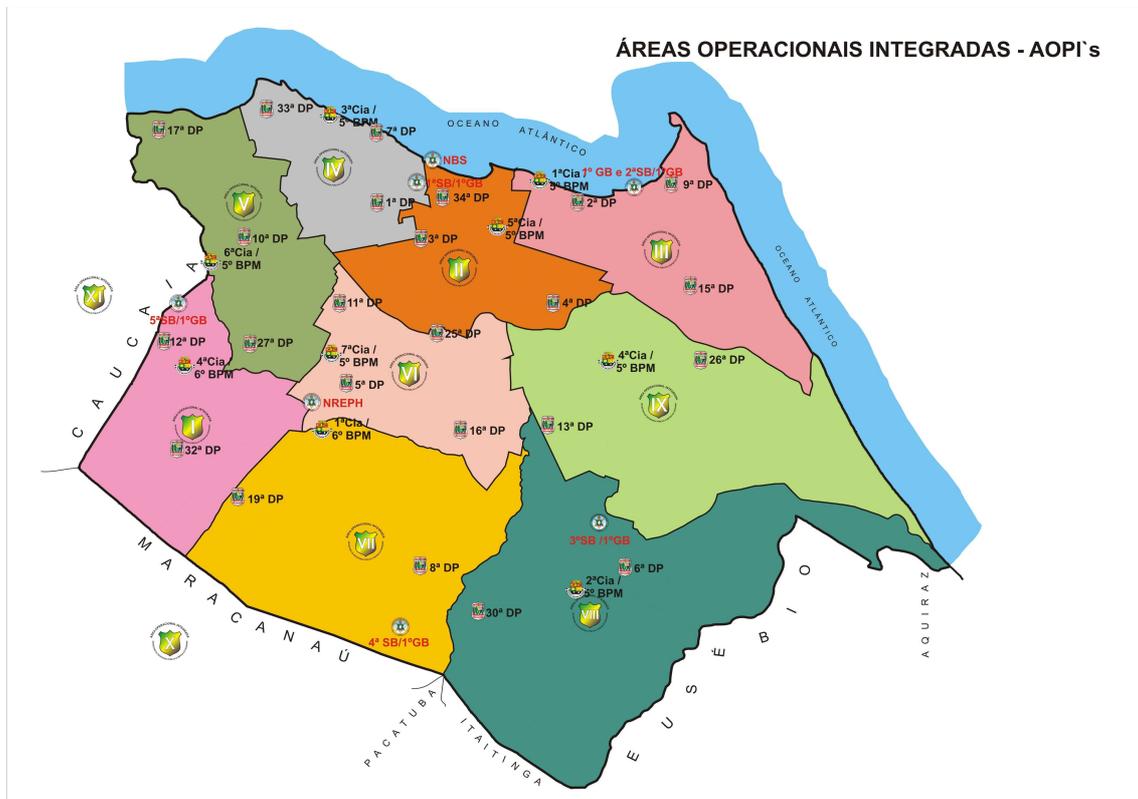
O programa Ronda do Quarteirão foi implantado no ano de 2007, pelo Governo Cid Gomes, cumprindo, assim, uma de suas principais promessas de campanha. Hoje, o programa cobre toda a cidade de Fortaleza e Região Metropolitana, bem como alguns municípios do interior do Estado com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

O programa elegeu como centro de confluência dos interesses comuns de segurança um núcleo urbano geo-referenciado, com uma área de proporções médias de 3 km<sup>2</sup>, considerada como ideal para a atuação do policiamento, situada entre a escala maior, representada pelos bairros, e a escala menor, representada pelas ruas. Para cada área existirá um número de telefone que corresponderá ao número da viatura. (CEARÁ, 2008, p.5)

Esse núcleos geo-referenciados, nas cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaía, constituem sub-áreas das AOPI's (Área Operacional Integrada), sendo que cada uma delas, dispõe, no mínimo, de uma companhia da Polícia Militar, uma unidade do Corpo de Bombeiros e uma Delegacia de Polícia Civil. (Ibid, p.9)

Desse modo, buscou diminuir o tempo de resposta às chamadas, sendo o tempo máximo de 5 minutos, além de tornar os policiais de cada sub-área, conhecidos em suas áreas de atuação. Medida que teve como objetivo estreitar os laços entre o policial e a população.

Na figura a seguir, pode-se observar a distribuição das AOPi's, nas cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaía:



Fonte: (CEARÁ, 2008, p. 9)

Desse modo, o RQ foi implantado no Estado do Ceará, com o intuito de ser uma polícia comunitária, sendo que o modelo de policiamento tradicional continuou existindo. Agindo, então, pelo menos oficialmente, de maneira complementar ao POG.

O Programa RONDA foi concebido como uma alternativa que parte da premissa de que o policiamento convencional, a despeito de todos os esforços empreendidos, mostrou-se incapaz de proporcionar segurança para as diversas comunidades de Fortaleza e Região Metropolitana que são constantemente afligidas pela criminalidade e violência. (CEARÁ, 2008, p. 12)

Assim, o Governo do Estado admite as limitações do modelo de policiamento “convencional” e, por esse motivo, buscou uma “alternativa” para solucionar sua limitação. Porém, veremos que tal tarefa não foi, e continua não sendo, fácil.

## 5 CONFLITO DE MODELOS: “TRADICIONAL” E “COMUNITÁRIO” NO CEARÁ

O modelo de policiamento denominado “profissional”, “profissional-burocrático”, “tradicional” ou “reativo” é caracterizado pela estratégia de ação policial baseado na reação, ou seja, é um modelo de polícia reativa. Esse modelo de policiamento teve origem no ideal de racionalização dos procedimentos policiais, visando, por meio de uma burocracia, tornar as organizações policiais mais eficientes.

A intenção era transformar as forças policiais em instituições racionais e burocráticas. Onde não houvesse mais espaço para o personalismo e ações desordenadas e sem um padrão pré-definido. No Brasil, a “grande reforma policial” foi implantada em 1967, sendo esta um processo onde o objetivo era modificar as forças policiais até que o modelo profissional fosse estabelecido (MARINHO, 2002, p. 20). Desse modo:

Paulatinamente foram implantadas, dentro da instituição policial, reformas que buscavam despertar a consciência para a necessidade de mudanças profundas, capazes de deter os níveis de corrupção, violência e clientelismo nos departamentos de polícia, e de implantar um sistema de policiamento no qual as decisões fossem tomadas com base em critérios exclusivamente técnicos e jurídicos. [...] Essas reformas atingiram todos os setores da polícia. Os processos de seleção, promoção e disciplina são submetidos às regras do serviço público. [...] O modelo profissional implementado na polícia efetivou mudanças radicais nos sistemas interno de prevenção e punição de abusos. Implantou-se um estilo militarizado de gestão, baseado em regras e restrições que enfatizam a importância da ordem e da disciplina. (NASCIMENTO, 2004, p. 16-17)

O que ocorreu, então, foi uma busca por modificações modernizadoras das forças policiais. Acompanhando as mudanças que ocorriam na sociedade e em outras esferas do Estado. Transformações que atingiram tais instituições policiais de maneira firme e ampla, modificando seus diversos setores e formas de atuação.

O modelo profissional de polícia influencia negativamente no relacionamento entre polícia e sociedade. A excessiva ênfase colocada na busca de eficiência operacional e administrativa acaba obstruindo os canais de influência social sobre as decisões policiais.

Embora sejam inquestionáveis os progressos na formação de uma máquina policial moderna, provida de recursos tecnológicos, de uma burocracia eficiente e de um corpo profissional bem treinado, pouco se fez no sentido de se ampliar a capacidade policial de identificar e lidar com os problemas dos cidadãos. (NASCIMENTO, 2004, p. 18)

No entanto, apesar do “progresso” trazido pelo modelo profissional, o que pôde ser observado na prática, foi que as forças policiais acabaram por se afastar, prejudicialmente, da população. Uma das prioridades desse novo modo de operar da polícia era o atendimento rápido às ocorrências, sendo o trabalho policial avaliado como bem sucedido com base no tempo de resposta a essas chamadas e no número de prisões efetuadas.

Assim, o afastamento entre polícia e comunidade foi uma das conseqüências, visto que o modelo de policiamento profissional tem como principal característica entender o policial e a polícia como os únicos responsáveis pelo combate ao crime e a manutenção da ordem (MARINHO, 2002). Estes seriam os únicos especializados nessa área e, conseqüentemente, os únicos habilitados para lidar com as questões relativas à segurança pública. Assim como apenas um médico pode diagnosticar uma determinada patologia e definir, a partir disso, o tratamento adequado. Conforme destaca Marinho:

De um modo geral, o modelo profissional de policiamento caracteriza-se pelo forte controle interno das atividades, proporcionado por uma administração centralizada e por procedimentos operacionais padronizados. [...] Entretanto, um dos fatores mais marcantes relativos ao modelo profissional de policiamento refere-se à detenção, por parte da polícia, da habilidade para o enfrentamento de crimes. De acordo com essa perspectiva, o trabalho de manutenção da ordem e combate à criminalidade carece de método, sistematização e disciplina, de modo que o envolvimento das comunidades – leigas – passa a ser tido como desnecessário e indesejável. (MARINHO, 2002, p. 23)

Houve, então, uma definição de quais seriam suas atribuições e áreas de atuação e, a partir disso, houve a busca pela profissionalização, no que diz respeito à atenção dada à qualidade no desempenho da função. Qualidade alcançada por meio da racionalização do trabalho policial, ou seja, do conhecimento técnico, sistematização em torno de critérios de eficiência e imparcialidade profissional. Porém, a polícia passou a trabalhar de forma isolada da comunidade e sua atenção voltou-se, primordialmente, para os resultados objetivos. Sendo que “o profissionalismo para a polícia tradicional baseia-se em critérios e na pronta resposta rápida aos crimes.” (SANTOS PINHEIRO, 2008, P.83) diferentemente do modelo comunitário, onde o profissionalismo se caracteriza pela qualidade do relacionamento com a população. Outro aspecto relevante, nesse processo de modernização, foi o da incorporação de novas tecnologias ao trabalho policial.

Como exemplo, podemos citar as viaturas policiais motorizadas que possibilitaram um aumento no número de ocorrências atendidas, bem como a economia de recursos humanos, pelo fato de uma patrulha motorizada ser capaz de atender uma área maior

do que uma atendida por patrulhamento a pé. Por outro lado, isso também contribuiu para distanciamento entre a polícia e a comunidade. Visto que, dentro de um veículo, que normalmente está em movimento, a relação com a população é prejudicada. Além de a sensação de segurança proporcionada por esse tipo de patrulha ser diferente da proporcionada pela patrulha a pé. Na primeira, tem-se a sensação de que a polícia esta sempre presente, por estar sempre passando na rua, e que , se preciso, chegará rapidamente. Na segunda, a sensação de segurança advém da proximidade entre o policial e os cidadãos. “O policial tradicional é o de serviço e o policial comunitário, ao contrário, é o da área.” (SANTOS PINHEIRO, 2008, P.83)

No caso do RQ, seu projeto previa que “uma das metas almejadas é transmitir ao cidadão a sensação de que o policial estará sempre perto, realizando **rondas a pé, de bicicleta ou em viaturas** [...]” (CEARÁ, 2008, p. 13, grifo nosso), o que não se confirmou, não foi posto em prática. Quando perguntado se o RQ fazia rondas a pé, um dos entrevistados respondeu:

Só viaturas! Viaturas e Moto Honda. Excepcionalmente, você pode passar na rua e ver uma dupla a pé. Mas o que é aquilo ali? É por que ta uma viatura “baixada” em manutenção ou uma dupla de moto na manutenção. Aí eles podem “botar” uma dupla do Ronda a pé, mas... [...] Em casos excepcionais. Você vai ver é o POG, né? que é o Policiamento Ostensivo Geral... aqueles da farda verde. Esses sim... eles tem posto fixo de policiamento a pé, que é o antigo “Cosme e Damião”, resgate do Exército e tal. Mas essa modalidade de policiamento, pra minha visão, ela é ultrapassada... ultrapassada total. (Entrevista concedida pelo policial João, Ronda do Quarteirão)

Esse afastamento entre a população e as forças policiais e o entendimento de que a comunidade não deve participar como co-produtora da segurança pública podem ser apontados como as principais diferenças entre os modelos de policiamento profissional e comunitário. Desse princípio, inúmeros outros surgem como conseqüências imediatas. A polícia comunitária busca, por meio da proximidade, ser o que se chama de polícia pró-ativa, ao passo que a polícia tradicional configura-se como uma policia reativa. De acordo com o policial do RQ:

Se antes a Polícia chegava só pra reagir a um assalto, a uma alteração, a uma ocorrência, hoje o policial ele é um policial pró-ativo, ele chega antes da ocorrência. Se o policial, antes, só chegava depois que tivesse acontecido alguma coisa, hoje, o Ronda chega até quando não acontece nada. Não tem nada acontecendo, ele para, ele chega e conversa com o cidadão. Antes, o policial só chegava depois que ele tivesse

sido vítima de algum assalto, de alguma violência. Só chegava numa reação. Hoje, o policial, ele tem que ser pró-ativo. O que é ser pró-ativo? É chegar, ir até o cidadão mesmo sem ter acontecido alguma ocorrência, algum fato criminoso. É o que “chama”... é a diferença entre o pró-ativo e o reativo. A Polícia antiga, antes do Ronda, ela é reativa. Ela só agia em reação a alguma ocorrência, alguma violência acontecida. Hoje a Polícia tem que ser pró-ativa. Tem que agir antes. Mesmo sem ocorrer alguma alteração, alguma ocorrência. (Entrevista concedida pelo policial João, Ronda do Quarteirão)

Nesse ponto reside a principal diferença entre os dois modelos de policiamento. Enquanto o modelo tradicional age de modo que o crime e a violência exigem uma reação constante da polícia, o modelo comunitário entende que as ações de reação devem ser exceções. O trabalho policial deve focalizar, por meio da interação com a população, a prevenção do crime e da violência. No caso do primeiro modelo, o sucesso está na apresentação de números que comprovem que a polícia está atuando, realizando prisões, apreendendo drogas. No segundo modelo, o sucesso está relacionado ao trabalho para que não sejam necessárias prisões nem apreensões de drogas.

Contudo, o caso do programa Ronda parece ser um misto de policiamento tradicional e policiamento comunitário. Pelo fato de apresentar determinados traços que o aproximam tanto de um modelo quanto do outro.

No modelo tradicional de polícia, a participação das comunidades é vista como “desnecessária” e até mesmo “indesejável”, assim, o papel da população torna-se extremamente restrito no tocante a segurança pública. Cabendo a ela, apenas solicitar a intervenção da polícia quando julgar necessária, o que geralmente ocorre num momento posterior ao crime ou desordem sucederem. Fato que, em teoria, ocorre de forma diferente num modelo de policiamento comunitário, pois a polícia atua constantemente em contato com os cidadãos colhendo informações que podem ajudar a polícia a prevenir tais crimes. O foco é a prevenção e não a repressão.

O modelo de policiamento comunitário traz, então, uma série de modificações em relação ao modelo profissional. Tais modificações são profundas e partem de um princípio onde a polícia tem como estratégia de ação a atuação baseada na proximidade com a comunidade policiada por ela. A relação, nesse caso, é diferente da relação existente no modelo profissional pelo fato de ser essa relação polícia-comunidade extremamente valorizada e contínua, o que possibilita o surgimento de uma cumplicidade, confiança e parceria. Diferentemente do que ocorre no modelo profissional, onde a participação da comunidade ocorre sempre relacionada a uma ocorrência e não é de forma continuada, não sendo estabelecidos laços de confiança ou parceria.

O policial Alberto atribui ao treinamento diferenciado dado aos policiais do RQ a causa de grande parte das modificações ocorridas nas ações dos policiais.

O treinamento meu, por exemplo, foi um pouco diferente do deles. Por que assim, falando bem específico do curso de formação, o quê que eles aplicaram... aplicaram nas turmas anteriores às formadas no Ronda? Era muita ralação, como a gente chama, entendeu? Muita ralação. E... que só iria, vamos dizer assim, desenvolver o físico. [...] às vezes até a rigidez, entendeu? De você ficar mais áspero, um pouco mais arisco. Ficar até mais violento, às vezes, entendeu? E pouca instrução. Pouca instrução mesmo das leis, de como é que funciona a realidade. Se você bater numa pessoa, como é que é, como é que não é, entendeu? Então, antigamente, as outras turmas do POG o treinamento era até mesmo deficiente, entendeu? (Entrevista concedida pelo policial Alberto, Ronda do Quarteirão)

O treinamento dos policiais do Ronda do Quarteirão é algo que deve ser comentado pelo fato de ter, de fato, profundas diferenças em relação ao treinamento de policiais da Polícia Militar do Ceará, anteriores ao programa. Essas diferenças são motivo de “orgulho” e de “vergonha” ao mesmo tempo para os policiais do RQ. São motivos de orgulho, no sentido encontrado na fala do policial, que entende sua formação como superior, em relação ao treinamento dado ao POG. A superioridade seria pelo fato de, segundo o policial, o treinamento do RQ privilegiar o desenvolvimento da “cabeça”, também. Não sendo voltada apenas para o desenvolvimento físico.

Em relação a ser motivo de “vergonha”, pode se dizer que um dos principais motivos de desconfiança e desrespeito ao RQ é o fato de seu treinamento ter questionada sua qualidade. A primeira “turma” do RQ, passou por um treinamento acelerado em um período de apenas 3 meses. Após esse primeiro grupo, as turmas seguintes receberam um curso de formação mais demorado, num tempo de 6 meses. Mas que, tanto para alguns policiais quanto para alguns setores da sociedade, é um treinamento “fraco”. Os policiais costumam se referir ao curso de formação dos policiais do RQ como mais “humano”, enquanto o curso de formação das turmas anteriores é tido como treinamento “selva”. Veja o que me disse, um policial do RQ, quando questionado se o mesmo sentia algum tipo de discriminação por parte dos policiais do POG:

Sim, a gente sente, sim! A gente sente... Geralmente, tem alguns “antigos”, os “antigões”, aqueles que, como eu falei mais cedo, truculento... aqueles que entraram num contexto onde a Polícia era só pra bater, os brutos! Não entendem uma nova mentalidade da Polícia. Por nós termos feito um recrutamento “light” e eles terem feito um recrutamento “selva”, como eles costumam chamar... de “pagação”, defesa pessoal, tiro. Recrutamento onde eles tinham que dormir no quartel, fazer faxina... eu não passei por nada disso! Meu recrutamento foi todo dentro de uma sala de aula,

co ar-condicionado... assistindo aula de Polícia Comunitária... Direitos Humanos... é... disciplina de Direito e “tal”... Eles acham que nós “é” uma Polícia... sei lá! É uma Polícia de... vai resolver uma ocorrência de briga de vizinho e ocorrência de bêbado, som alto... só isso! Mas o Ronda não é só isso! O Ronda faz Polícia ostensiva, o Ronda atende as mesmas ocorrências que eles atende, o Ronda atende também: seqüestro, tentativa de assalto... seqüestro relâmpago. E, inclusive, quem costuma chegar primeiro é o Ronda. Por que o Ronda ta sempre ali rondando e rodando ali, naquela área, “né”? Quem costuma chegar primeiro nas ocorrências é o Ronda! (Entrevista concedida pelo policial João, Ronda do Quarteirão)

Fica claro como os valores os quais os policiais do POG entendem como ideais são motivo de descrença dos mesmos em relação aos policiais do RQ. No discurso dos policiais do POG, os “meninos” do Ronda não são bem treinados, servindo apenas para ser uma polícia “estética”. Veja:

[...] os coronéis aderiram. O que foi? Colocou a **Polícia Militar de verdade, a que trabalha** parada, enquanto eles fazem uma média, uma disputa. “O Ronda apreendeu 20 armas, o POG não apreendeu nenhuma!” Por quê? Por que ta parado! É igual você vender picolé no Alasca! Enquanto eles tão vendendo água mineral na praia... só isso, cara! [...] Eles mesmo acha que eles são os “doutorzinho”. [...] Agora, pra sociedade, o que é mais necessário é nós, que é a **Polícia de verdade!** Por que, dependendo do crime, não faz a ação. E o Ronda não é confiável por que o bandido não teme a Polícia, o Ronda! Por que o Ronda não tem aquele aspecto de chegar assim: “Sai!” [gritando]. Pra Aldeota é perfeito. Por que você tem ali uma personalidade... agora, chega na favela... E aquela diferença entre os próprio comandantes. Liga pro nosso e: “Ei! Deixa a polícia de vocês parada!” Eles chamam de polícia de vocês, que é nós. “Parada!”. Pra quê? Pra dá... dizer que aquilo é uma realidade. (Entrevista concedida pelo policial Bernardo, POG, grifo nosso)

É possível perceber que, apesar do discurso oficial da corporação ser o de que só existe uma Polícia Militar no Ceará, há uma situação de disputa e até mesmo de divisão profunda, na PM. Ao ponto de o policial entende que, além de existirem duas polícias, existe uma que seria “de verdade” e outra que não seria. Outro informante, o José, fala sobre a razão de o POG ser o ideal para o policiamento:

Primeiro pela experiência, segundo pela energia que a gente tem de impor, né? Por que esse negócio de butar uma coisa mais agradável... chegar com bons modos pra bandido, não resolve! Se você reparar, hoje em dia o bandido não tá respeitando muito a Polícia... nenhuma! Ainda mais essa tal comunitária. Não adianta! Já tem casos aí, de chegar e ridicularizar esse policiamento do Ronda. Chamando o policial do Ronda de “café com leite”! “Café com leite”, quando eu era criança, era uma pessoa que ia brincar e... não valia de nada! Tava lá só pra tá,.. servia de nada. (Entrevista concedida pelo policial José, POG)

Os policiais do POG consideram os do Ronda, de certa forma, como um “peso”. Nas brincadeiras infantis, os “cafés com leite” não ajudam, mas não atrapalham. No caso do RQ, ele é tido como alguém que não ajuda, porém, que atrapalha, na visão do POG. Por que contribui com a disseminação da imagem de polícia “fraca”, “mole”, o que faz com que a polícia perca o respeito. Assim, essa “divisão” tem diversas causas, inclusive, as ações de oficiais de altas patentes, como relatado pelo policial. Com base na fala do policial José, é possível perceber que um dos motivos de sua raiva é pelo fato de que o programa Ronda está apresentando determinados resultados e o POG não. Ou seja, o que ele entende como objetivo principal do policiamento, está sendo feito pelo Ronda. Em seu entendimento, a reação é o símbolo do trabalho realizado. No modelo reativo, há uma supervalorização das estatísticas e praticamente todo o planejamento do policiamento, bem como das estratégias de combate ao crime, são baseados apenas em números. Pois, nesse modelo, “[...] as estatísticas criminais resultantes da repressão são mais importantes que os mecanismos de prevenção.” (SANTOS PINHEIRO, 2008, P.83)

Segundo o policial Manoel, que ingressou na Polícia Militar antes da criação do Ronda e que foi transferido para o programa pelo seu comportamento considerado “ótimo”, o estigma do Ronda é mais “profundo”.

No meu caso, como eu já era da Polícia e trabalhava na mesma companhia onde hoje eu trabalho, então eu conhecia, senão todos, por que lá é muito grande, mas muita gente eu conhecia e muitos me conheciam. Então... normal. Mesmo a gente sabendo que sempre tem críticas, né? Mesmo você sendo policial “antigo”, no Ronda você sempre é visto como policial “moderno”... e na Polícia o “moderno” é sempre criticado. O “antigo” sempre se sobrepõe ao “moderno”... e querer te tratar como inferior, né? [...] Os caras “chacotam” um pouco por que a gente tem que fazer as visitas comunitárias, por que tem o projeto do Ronda Cultural... etc. (Entrevista concedida pelo policial Manoel, Ronda do Quarteirão)

É possível observar que Manoel, mesmo sendo “antigo” na corporação, por integrar atualmente o Programa Ronda sofre, também, preconceito e é motivo de críticas e piadas, por parte de seus antigos colegas do POG. De modo que seu prestígio foi reduzido perante seus antigos colegas, ou seja, Manoel perdeu, pelo menos em parte, seu “carisma especial” do grupo dos estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000), no caso o POG. Assim como em Winston Parva, a fofoca e as piadas sobre sua pessoa estão presentes.

Outro ponto extremamente relevante que pode ser observado, diz respeito à atenção diferenciada conferida ao programa Ronda em detrimento do POG. Segundo seu discurso, esse favorecimento é algo que parte “de cima” para “baixo”. É uma determinação

baseada no interesse do Governo do Estado. De acordo com o policial José, o Programa Ronda do Quarteirão:

Pra mim, foi uma **manobra de marketing desse governo pra ganhar voto**, nada mais do que isso! Se o pessoal se lembrar, foi a coisa mais falada no primeiro mandato do governador... esse tipo de policiamento. Foi criado isso aí, puseram esses meninos aí, no meio do mundo... todo mundo que entra agora, vai pro Ronda! Aí fica o pessoal... eu lembro que antes era distribuir panfleto, pra quê isso? Pra quê mandar folder? Isso aí num é nem divertimento, isso é trabalho! Isso aí, pra mim, é uma falha. **Foi só uma coisa maquiada!** [...] Policiamento de aparência: bota o pessoal mais jovem, bota o pessoal, assim... com nível de escolaridade melhor. Bota os meninos aí, sem a menor experiência, eleva o ego deles aí... enfim, eu acho que o treinamento deles era pra ser mesclado com o nosso. Era pra interagir com a gente. Isso é o que eu acho. O treinamento dele, aí, tão botando um filme chamado Dia de Treinamento. Pra quem não sabe, esse filme aí é um filme com o Denzel Washhington que é o seguinte: o policial novato vai trabalhar com o policial que é veterano. E o que acontece? O policial veterano é altamente corrupto! E ficam ensinando pra eles... “ó, é assim! Iss aí é o que acontece... se você conversar com o policial veterano, mais antigo, vai acontecer isso!” E não é assim! Assim como tem novato corrupto, tem veterano que é honesto! Tem veterano bom, que ensina! [...] Ensinam a eles a se afastar da gente... isso aí... **quem sofre com isso é o povo, ficam duas polícias!** (Entrevista concedida pelo policial José, POG, grifo nosso)

Esse tipo de diferenciação propicia uma repartição da corporação policial, no Estado do Ceará. Sendo os policiais do POG deixados “de lado”, por parte do poder público, enquanto os policiais do Ronda do Quarteirão recebem toda a atenção. O que serve de estímulo para o aumento de uma disputa entre os policiais desses dois grupos e, em alguns casos, podendo a chegar ao ponto de se verem como inimigos. O fato de alguns policiais do POG fazerem menção ao programa RQ como “a polícia do luxo” enquanto o POG seria “a polícia do lixo”, é reflexo de ações desse tipo por parte do Governo do Estado. Na visão de grande parte dos policiais do POG, existem sim, duas policiais no Estado do Ceará.

Até mesmo em pequenos detalhes, que poderiam ser considerados como irrelevantes por alguns, toma proporções amplas na PM. Segundo Manoel, o fato de todos os policiais do Ronda trabalharem sempre em viaturas é algo que gera desconforto e indignação dos policiais do POG. Isso por que, anteriormente, para um policial passar a trabalhar em uma viatura, ele tinha que ser considerado “antigo”, ter “pelo menos uns três anos de Polícia”. Com o Ronda, os “meninos” já entram na Polícia e vão direto para uma viatura. Enquanto existem muitos “antigões” fazendo rondas a pé, no POG, até pelo fato da insuficiência de viaturas para o POG. Manoel relatou que, em sua companhia, existiam 14 viaturas do modelo Hilux a serviço do Ronda, enquanto existiam apenas 4 viaturas, do mesmo modelo, destinadas ao POG. Além da gritante diferença, Manoel conclui que as viaturas do POG constantemente estavam “baixadas”, ou seja, inoperantes, quebradas.

Segundo o José, a criação do Programa Ronda foi motivada pela busca de votos, por parte do governador Cid Gomes, ao invés de ser realmente uma tentativa de melhoria. Buscou-se maquiagem o que estava “feio”, ou seja, deixar “de lado” uma parcela da PM estigmatizada pela corrupção, brutalidade e ineficiência. Além disso, José considera as ações do Ronda em busca de proximidade com a população, como a distribuição de panfletos como diversão, não trabalho.

O POG, então, da posição de estabelecidos passaram a figurar, agora, na posição de outsider. O equilíbrio de poder, nessa figuração, tende para o lado do Ronda, que goza de maior prestígio, atenção e tido como o “novo” e “melhor” que veio para gradativamente substituir o que existia de “ruim”, ou seja, o POG.

As tensões e conflitos de grupo inerentes a essa forma de relação [figuração estabelecidos-outsiders] podem manter-se latentes (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sob a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos outsiders). (ELIAS, SCOTSON; 2000, p. 32)

É o que parece ser o caso na Polícia Militar do Ceará. Os policiais do Ronda contam com o apoio do Governo do Estado. São a “jóias do Cid”, segundo informante.

Diferentemente do que ocorria em Winston Parva, de acordo com Elias e Scotson (2000), onde os outsiders chegaram desprovidos ou com pouco poder, em relação aos estabelecidos. Os policiais do Programa Ronda chegaram como os outsiders, nessa figuração, mas dotados desde o primeiro instante de grande poder em relação aos estabelecidos, até então os policiais do POG. Essa tensão é constante. E é um processo que ainda se desenvolve, de maneira que os policiais do POG ainda detêm determinados poderes como, por exemplo, uma suposta preparação “melhor”, o que é utilizado na tentativa de “estigmatização” dos policiais do Ronda. E que surtiu efeito, de certa maneira.

De certa maneira por que, para que realmente surta efeito, o estigma tem que inferido por aqueles que são alvo de sua ação. O que, de acordo com os informantes do RQ, não foi alcançado. A população, ou melhor, parte dela, concorda com essa característica de “fraqueza” do Ronda. Porém, os policiais que compõem o programa entendem que o seu treinamento, “mais humano”, é uma “avanço”, uma “evolução” no que diz respeito a modelos de policiamento. Estes policiais tem uma moral elevada e também estigmatizam os policiais do POG como os “antigos”, “atrasados”, “brutos”. Classificam o POG como algo do passado, que deve ser superado. Observe o que o policial Márcio diz sobre isso:

Por que... eles... acho que devido ao curso de formação da gente foi diferenciado do deles, “né”? Aí, a gente já foi preparado pra isso, um programa comunitário... e eles, muito antigos, nunca tiveram “reciclagem” nem nada! Fizeram o curso de formação há dez, quinze anos, vinte anos atrás, aquele curso de formação bruto mesmo, “né”? Era tratado na porrada! Que hoje ta sendo mais humanizado, ta sendo mais humanizado os cursos de formação, hoje em dia. [...] questão do POG eu acho que, assim... deveria os “antigos” ser integrado ao Programa Ronda. Todos deveria fazer um curso de reciclagem... aí todo mundo integrava o Programa Ronda do Quarteirão... mas assim, o Choque, GATE, RAIIO, tudo deveria continuar existindo. Por que seria o que? A força especial da Polícia, “né”? Questão que nós não pudéssemos intervir, eles viriam e agiriam no nosso local. A gente só isolaria o local e eles viriam e agiriam. O apoio! (Entrevista concedida pelo policial Márcio, Ronda do Quarteirão)

O POG existiria, ainda, como um anacronismo passageiro, pelo menos de acordo com o desejo dos policiais entrevistados pertencentes ao Ronda do Quarteirão. Todos, sem exceção, afirmaram que achavam que o POG não deveria mais existir. Que todos os policiais do POG deveriam passar por uma “reciclagem” e serem absorvidos pelo RQ. Existindo assim somente um modelo de policiamento. Mantendo-se apenas os Batalhões especializados, como o Choque por exemplo, para agir em situações excepcionais.

Já o policial Pedro, do POG, considera os policiais do Ronda são “metódicos e não-operacionais”, o que os torna incapazes de cumprir sua missão. “O Ronda, sozinho, não consegue nem fechar um carro de som!” (Entrevista concedida pelo policial Pedro, POG). Um colega seu vai mais além e defende que o policiamento comunitário não deveria existir.

Rapaz, eu acho assim... não era pra existir dois tipos de policiamento, não! E o pessoal que entrou agora, deveria aprender com a gente que já tem tempo. O quê que eu acho que fizeram, fizeram um policiamento dito comunitário, bota o pessoal pra trabalhar num local altamente perigoso... não diz como é, não aparelha corretamente e se aparelha, não dão instrução de como a pessoa operar com armamento. Bota as duas pessoas numa viatura. Às vezes uma moça e um rapaz... num pode isso aí! Num consegue cumprir a missão... corretamente, não... não era pra ta na “ostensividade” não. Essa história de atender a assalto, ocorrência de roubo, de furto... não era pra ser pra eles não. era pra criar uma coisa só pra... fazer esse tal desse policiamento comunitário, se é que existe isso aí. Por que, como é que bota um policiamento de primeiro mundo, como falam, num de terceiro? Cadê educação? Num tem! (Entrevista cedida pelo policial Bernardo, POG)

O que fica claro, nesse trecho, é que existe uma grande falta de informação, por parte dos policiais do POG. Provavelmente pelo fato de terem sido deixados de lado desde o início destas transformações na PMCE. Então, eles não sabem o que é um programa comunitário, quais são suas estratégias etc. Para eles, o Ronda é apenas aquele que veio fazer

o que, antes, somente o POG fazia. Pra completar, esse processo ocorre de maneira que o Governo do Estado demonstra claramente quem é o alvo de suas preferências.

Quando perguntados sobre outros batalhões da PM, por exemplo, o Batalhão de Polícia de Choque, os policiais do POG demonstram profundo respeito. Destacando suas qualidades operacionais etc. Isso por que o Choque não disputa espaço com o POG. Existe para outros fins diferente dos que o POG é destinado. Já o RQ disputa este espaço com o POG. Então, no entendimento dos policiais o POG que deveria ter sido “melhorado”, e não o Ronda criado.

A participação da população, então, é super valorizada e tem sua natureza modificada, sendo muito além de apenas recorrer à polícia em caso de ocorrências, o que, normalmente, faz com que a polícia chegue ao local da ocorrência e não haja mais o que ser feito, pois o crime já foi cometido. O que traz um profundo descontentamento por parte dos policiais que não vêem seus trabalhos surtirem efeito.

Os esforços policiais, mesmo quando desenvolvidos em sua intensidade máxima, costumam redundar em “lugar nenhum”, e o cotidiano de uma intervenção que se faz presente apenas e tão-somente quando o crime já ocorreu parece oferecer aos policiais uma sensação sempre renovada de imobilidade e impotência. “Corre-se”, assim, para se permanecer onde está, diante das mesmas perplexidades e temores. Para a visão que possuem a respeito de si mesmos e de seu trabalho, o ciclo permanente de chamadas a serem atendidas e a baixa produtividade das providências adotadas no que se refere à identificação e responsabilização dos infratores faz com que uma determinada sensação de inutilidade passe a definir o “espírito objetivo” do policiamento contemporâneo. (ROLIM, 2006, p. 37 apud SOUSA, 2008 p. 28)

Tais sentimentos de insatisfação são frutos de um modelo de policiamento que demonstra deficiências e que não se apresenta de forma eficaz para a prevenção de crimes. Diferentemente do modelo profissional, no modelo de policiamento comunitário a relação é contínua e duradoura. Daí se cria uma “ponte” de confiança entre a polícia e a população, possibilitando uma interação onde a troca de informações rotineiras permite que a polícia aja antes que o crime ocorra ou que, pelo menos, tenha mais facilidades para solucionar os crimes que vierem a acontecer. Pois, mesmo nos casos onde já houve a ocorrência, uma das maiores dificuldades encontradas nesses casos é o que os policiais chamam de “lei do silêncio”. Mecanismo de controle que impede que os cidadãos forneçam informações para a polícia temendo que os criminosos saibam quem os delatou e que haja retaliações. Fica clara, nesses casos, a ausência de confiança da população em relação à polícia. O que, em um modelo de

policiamento onde haja proximidade e confiança entre polícia e comunidade, acontece de forma diferente.

Entretanto, no que diz respeito à relação do policial com a população, segundo os policiais entrevistados, do RQ, a proximidade foi alcançada. Isso no sentido de os policiais serem mais conhecidos pelos cidadãos e, em alguns casos, bem quistos pelos mesmos.

A “lei do silêncio” aparece como um mecanismo de controle que age sobre os indivíduos pertencem a uma mesma “comunidade afetiva”. Onde o “universo de significados tácitos de modos de operar” é compartilhado por alguns indivíduos. Assim, aqueles que denunciam membros desse mesmo grupo ao qual faz parte, são interpretados como traidores dos valores compartilhados por esse “universo social”. “O caráter impessoal e individualista-moral da denúncia só poderia decair para uma interpretação personalista e particularista-moral, como delação [...]” (MISSE, 2008, p. 25). Desse modo, a “transgressão” dos “traidores” de delatam seus “iguais” não é aceita e, conseqüentemente, acarreta em punições que podem variar desde o apontamento público, a difamação dentro do grupo, como pode chegar a retaliações violentas. Observe a fala do policial acerca da relação dos policiais do Ronda com a população:

Esse relacionamento com a comunidade cria um laço de confiança entre a população e a polícia, “né”? A partir do momento em que a população confia no policial... aquele policial que “tá” todo dia ali conversando com ele, a população se sente mais à vontade de denunciar. Denunciar... e apontar uma “boca de fumo”, apontar quem é o bandido da área, aonde é que ele assalta, que horário, pra onde é que ele corre... Muita gente tem medo, ainda, “né”? que é a chamada “lei do silêncio”. Que ocorre nas... em certas periferias e é geralmente quando tem um homicídio. Mas, por existir esse contato do policial com a população, quando tem um homicídio ali, aí a imprensa costuma chegar lá... e o policial “não aqui ninguém fala, impera a lei do silêncio e tal...” mas depois do ocorrido, que a imprensa vai-se embora, no dia seguinte ou então na semana seguinte que a população já “tá” mais... que a “poeira baixou”, “né”? Aí o policial vai lá, faz uma visita comunitária. Aí o cidadão já se sente mais à vontade de falar e já libera uma informação importante pra investigação. É assim que funciona! Por isso que é importante esse relacionamento da polícia comunitária. (Entrevista concedida pelo policial João, Ronda do Quarteirão)

Podemos observar que essa relação de proximidade possibilita uma maior facilidade na obtenção de informações. O que pode contribuir para uma investigação de um crime. No mesmo sentido, a fala de outro policial confirma esse fato.

Eu entrei há um ano atrás. E eu ainda peguei muito resquício de gente que... a gente chegava pra conversar, né? Pra conhecer e trocar uma idéia... “aí meu Deus, a

Polícia na minha porta, socorro!” Praticamente... entendeu? Ainda peguei muita gente assim ainda. E eu acredito que, com o Ronda, com essa forma de policiamento mudou muita coisa. O pessoal já... hoje eu tenho vários amigos, vários colegas em cada área que eu vou, entendeu? Eu conheço muita gente. [...] Eu conheço várias pessoas em várias áreas. Eu tenho certeza absoluta que, antigamente, não era desse jeito. Entendeu? Então, por conta dessa forma de trabalhar, essa forma de agir... uma integração. O pessoal que mora lá ajuda muito a Polícia. Além da população saber quem é quem. Saber quem é o policial “x” que é o “y”, né? A gente sabe, também, quem é as pessoas que moram lá. E a rotina daquele bairro, daquela área... a gente conhece. O POG, ele... acho que ele deveria... ele ficou um pouco pra trás, por ele não fazer isso, entendeu? Ele tinha os contatos dele, mas, infelizmente os contatos não eram... não eram pro benefício do serviço. Eram pra benefício próprio, entendeu? [...] Por que assim, eu acho que a população tá em todo canto, sabe? A Polícia não tá. Então... a partir daí, ela tem muito mais informações do que a gente. Por mais que a gente se desdobre em mil, que a gente passe dez anos na área, a gente nunca vai ter condição de saber tudo, nunca vai! Às vezes a gente fica sabendo, dias depois, de um assalto... na nossa área. Que nós nem soube, entendeu? Então, alguém da população soube, alguém da população foi assaltado, alguém sabe quem foi. Então é importante a gente tá próximo da comunidade por isso aí. (Entrevista concedida pelo policial Alberto, Ronda do Quarteirão)

Porém, não foi possível verificar se tal relação é suficiente para uma atuação pró-ativa, dos policiais. Sendo que as informações recebidas, por conseguirem conquistar a confiança de alguns cidadãos ao ponto de os mesmos se sentirem seguros em fazer denúncias, superando a “lei do silêncio”, são acerca de crimes já cometidos. O que não contempla a meta característica de um modelo comunitário que é trabalhar antes do crime para que o mesmo não aconteça. Entretanto, é necessário reconhecer que essa contribuição da população pode ser considerada um avanço.

Outro aspecto relevante do modelo profissional de policiamento diz respeito às suas características organizacionais. Tais características seguem uma orientação burocrática com o intuito de atingir uma maior eficiência, na qual existe uma rígida divisão de trabalho e onde o comando é extremamente centralizado. O que faz com que os policiais que atuam na “linha de frente”, normalmente policiais de baixas patentes, tenham uma autonomia ínfima, no que diz respeito à análise de situações e a determinação de condutas com base nessas análises. O militarismo é supervalorizado, o que se reflete nas relações entre os policiais e na qualidade do policiamento.

Já no modelo comunitário, o militarismo ainda é presente, mas de modo diferenciado. De acordo com Márcio:

É... o diferencial, assim, o comandante daquele núcleo... a maneira dele tratar os policiais do Ronda é diferente do comandante da companhia trata os policiais do POG. Você tem aquele tratamento mais humano com os oficiais do Ronda do Quarteirão. Não existe aquele... assim, o militarismo existe, mas aquele militarismo mais fraco. Eles cobram mais o profissionalismo do que o próprio militarismo. Eles

são mais humano! Sempre aquilo que você pede, se tiver a altura deles... eles lhe ajudam, os oficiais. Eles lhe ajudam, os oficiais do Ronda do Quarteirão. Não é lhe dizer todos do POG sejam assim... seja brutos! Brutos entre aspas... Mas, o Ronda tem esse diferencial! Eles são mais humanos! O que ele puder ajudar a tropa eles fazem pra ajudar. (Entrevista concedida pelo policial Márcio, Ronda do Quarteirão)

Fica claro que há uma maior abertura para o diálogo entre os “policiais de rua” e seus superiores. A cobrança, em si, recai sobre o aspecto profissional, como dito pelo policial. Ou seja, o que é cobrado com mais ênfase é aquilo que realmente deve ser. Os policiais do RQ são mais “humanos”, o diálogo é uma das ferramentas de trabalho e, por conta disso, sua formação dá especial atenção à isso. Um exemplo disso pode ser visto em relação à possibilidade de opinar sobre melhores táticas de ação. Quando perguntado de que forma os Pontos Base (PB’s)<sup>11</sup> eram decididos, veja o que o policial do RQ me respondeu:

Não, são os nosso superiores, aí. Às vezes sim. Eles pedem... eles fazem os PB’s que a gente, como conhece bastante a área, discorda um pouco, né? [...] então a gente... “pô, não precisava ser aqui! Podia ser em outro canto, né?” aí a gente explica pra ele e tal, conversa com ele e, dentro da disponibilidade ele até acata, como já aconteceu. Ele acatar, mudar PB pra escolher o que a gente quis pra deixar mais eficiente o nosso trabalho, entendeu? (Entrevista concedida pelo policial Alberto, Ronda do Quarteirão)

Já no modelo onde o comando é centralizado, onde não há espaço, ou pelo menos este é restrito, para diálogos, e o militarismo é cobrado com rigor, os policiais agem apenas cumprindo ordens provenientes de seus superiores hierárquicos, não agindo de forma diferente disso, por temerem punições. Mesmo que tais ordens não sejam as melhores para solucionar determinados problemas. Desse modo, a opinião e o conhecimento desses policiais que estão atuando dia após dia nas ruas são, simplesmente, desconsiderados. Ou, pelo menos, não recebem a devida atenção que lhe seria cabível.

Os policiais entrevistados que faziam parte do RQ demonstraram manter relações que podem ser classificadas como “boas”. Todos tinham respeito pelos seus oficiais superiores e os viam como alguém disposto a ajudá-los. No caso dos policiais do POG, como já mencionado nesse trabalho, todos deixaram claro o fato de não gostarem de seu oficial superior. Enxergavam nele um “atraso”, um obstáculo. Alguém que não lhes prestava assistência nem mesmo para uma melhoria na realização de seus trabalhos.

---

<sup>11</sup> Pontos base, os PB’s, são locais pré-determinados onde os policiais do RQ devem estacionar a viatura e permanecer por um período que varia entre 15 e 30 minutos.

Algo que torna difícil a implementação de um modelo comunitário de policiamento é o fato de não existir um modelo exato ou uma cartilha onde estão suas definições exatas, na prática. São muitos os que se dedicam ou que se dedicaram a pesquisas sobre o modelo de policiamento comunitário. E o que pode ser dito, até o presente momento, é que não existe um conceito único e bem delimitado a respeito do que tal modelo seria ou sobre o que deve ser feito para se ter um policiamento comunitário, de fato. Isso por que nas diversas experiências existentes, são muitas as diferenças encontradas entre elas. Nas palavras de Rosenbaum (2002, p. 28), “o policiamento comunitário ainda está no que se poderia chamar de fase de desenvolvimento da conceitualização.” E, em decorrência disso,

Como resultado, inovações práticas sob a rubrica do policiamento comunitário não são muito comuns. Em alguns lugares, houve mudanças genuínas nas práticas policiais. Em outros, o policiamento comunitário é utilizado para rotular programas tradicionais, um caso clássico de colocar vinho velho em garrafas novas. (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 15-16)

Em diversas experiências rotuladas de policiamento comunitário é possível observar que mudanças substanciais não foram implantadas, de fato. Apresentam-se pequenas modificações, que ficam muito aquém do necessário para uma reorientação efetiva no modo de policiamento. Nestes casos, o alarde e a propaganda são maiores do que as transformações reais. Muito pelo fato de o policiamento ter uma boa aceitação das comunidades e como uma tentativa de se alterar, ou melhorar, a imagem das forças policiais perante a população. Imagem que, especificamente no Brasil, é motivo de preocupação por parte das autoridades e onde, em muitos casos, a população teme a polícia, ao invés de respeitá-la. Porém, “a transição do velho para o novo, pela superação de antigas práticas de policiamento, sugere a supressão da violência, como parte do processo de ‘ruptura’ entre tradicional e comunitário.” (SANTOS PINHEIRO, 2008, p. 78) Veja o exemplo:

A Polícia Militar determinou a instauração de um inquérito para investigar um caso de abuso envolvendo homens do Ronda do Quarteirão. A denúncia, mostrada na TV Verdes Mares, mostra os policiais agredindo suspeitos de um roubo a coletivo. Os PMs também teriam ficado com objetos roubados.

O Diário do Nordeste Online teve acesso à determinação da PM, publicada nesta segunda-feira (30), em boletim.

A portaria relata que a ocorrência foi "verificada no dia 22/05/2011, na Rua Valdetário Mota, no bairro do Papicu, onde os policiais agrediram fisicamente indivíduos suspeito de roubo a transporte coletivo e, supostamente dividiram entre

eles os pertences apreendidos com os abordados". (Jornal Diário do Nordeste Online, 31/05/2001)<sup>12</sup>

Assim, é importante observarmos como determinadas práticas atribuídas ao policiamento tradicional ainda estão presentes na ação policial. No caso, policiais integrantes de um programa classificado pelo governo do Estado como comunitário são suspeitos de descumprirem a lei. Um policiamento que visa a ação de seus agentes sempre de acordo com os Direitos Humanos não deve agir de tal modo.

Como salienta Mark H. Moore (Apud KAHN, 2000, p. 5), o que existe é “um conjunto amplo de programas e práticas administrativas inspiradas numa filosofia comunitária.” Assim, dependendo do caso que se tome para análise, poderão ser encontradas certas práticas tidas como de policiamento comunitário e em outras não. O que, em alguns casos, não são suficientes para que torne tal experiência de policiamento comunitário, não indo além de encenações e discursos (SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

No caso do Ceará, o RQ surgiu como uma proposta de modificação da prática policial. Sendo a base de sua ação a proximidade com a população. Segundo o projeto do programa, a comunidade “[...] deve ser chamada para participar desse projeto, no qual a participação e interação de todos representa o cerne de seu funcionamento.” (CEARÁ, 2008, P. 17)

Justamente o que parece ser consenso entre os pesquisadores que dedicam seus estudos a esse tema e que pode ser tomado como característica fundamental do modelo comunitário: é que o policiamento comunitário é um modelo de policiamento onde a população, em parceria com a polícia, participa do combate ao crime. Ou seja, a responsabilidade do combate ao crime e manutenção da ordem é dividida, de certo modo, e “o público deve ser visto como ‘co-produtor’ da segurança e da ordem, juntamente com a polícia.” (Ibid., 2002, p. 18) Essa é a principal característica desse tipo de policiamento e é a partir dela que todas as demais ações devem ser orientadas. Trata-se de uma mudança radical das estratégias de policiamento e que traz consigo uma série de conseqüências.

Como dito anteriormente, a conceitualização do modelo de policiamento comunitário é algo que ainda se encontra em processo. Porém, Skolnick e Bayley (2002), após observarem diversas experiências de policiamento comunitário em inúmeros locais do mundo, defendem que para a implementação de um programa de policiamento comunitário ser bem sucedida, é imprescindível a existência de um conteúdo programático no qual estejam

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=319555&modulo=967>. Acesso em: 01.06.2011.

presentes os objetivos do programa e, mais importante, de que forma tais objetivos serão alcançados. Isso para que as mudanças sejam efetivadas, de fato, não ficando restritas apenas aos discursos daqueles que gerenciam as forças policiais.

Observaram, também, quais eram os pontos em comum entre essas experiências e encontraram, assim, quatro elementos que podem ser entendidos como mudanças concretas da filosofia de policiamento comunitário através de ações práticas. Elementos que serão explicados, a seguir, e que serão considerados, nesse trabalho, como fundamentais no modelo de policiamento comunitário e que devem fazer parte do conteúdo programático proposto pelos autores.

[...] o policiamento comunitário está bastante vivo ao redor do mundo e parece que vem crescendo rapidamente. Ao examinar a experiência em quatro continentes, encontramos quatro áreas de mudança programática no policiamento, que tiveram lugar, consistentemente, sob a bandeira do policiamento comunitário. Em outras palavras, quando os departamentos de polícia agem – ao invés de apenas falar sobre o policiamento comunitário –, tendem a seguir quatro normas: **1. Organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; 2. Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não-emergenciais; 3. Aumentar a responsabilização das comunidades locais; e 4. Descentralizar o comando.** (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 19, grifo nosso)

No entanto, é interessante ressaltar que tais propostas devem ser adaptadas às especificidades de cada localidade onde se busca a implementação de um modelo de policiamento comunitário. Isso de acordo com as limitações e possibilidades que cada caso apresenta.

O primeiro ponto, colocado pelos autores, pode ser considerado como o principal. Fazer com que a comunidade seja a base da prevenção de crimes depende, justamente, das estratégias utilizadas pelas forças policiais para que haja uma aproximação entre a comunidade e a polícia possibilitando a existência, nessa relação, de confiança mútua. Somente dessa forma é possível fazer com que a base real da prevenção do crime passe a ser a comunidade.

Nesse sentido, Skolnick e Bayley (2002) nos apresentam o que é chamado de “Vigilância de Bairro” como uma das principais ferramentas para atingir esse objetivo. Esse tipo de vigilância existe em muitos lugares, tendo algumas especificidades de acordo com cada realidade. É organizado criando-se áreas de vigilância onde alguns representantes são escolhidos ou eleitos entre os moradores da localidade. Cria-se, desse modo, uma identidade com o bairro (ou área, pois pode englobar mais de um bairro) e torna a polícia e a população

mais próximas por trabalharem constantemente em conjunto. Fica, então, a cargo da polícia conceber estratégias que envolvam a comunidade com a finalidade de combater o crime e realizar a manutenção da ordem pública. Estratégias que devem ser muito bem elaboradas e compatíveis com a realidade apresentada para que não se tornem impraticáveis.

No caso do RQ, foram determinados “núcleos geo-referenciados” com uma área de atuação limitada e no qual uma equipe específica exerce o policiamento. Ou seja, o policial pode estabelecer laços com os moradores daquela determinada área, onde atua. Sobre a criação de laços com a comunidade, veja:

Eles são tipo assim, nossos olheiros, né? Eles falam quem são as pessoas que tão agindo lá... onde eles mora. Eles dizem tudo que tá acontecendo lá e a gente combate diretamente onde eles falam. E eles tratam a gente como se fosse parte da família deles, como se fosse um filho... fosse um filho, um irmão... fosse alguém já da família deles. Tem muitos que tratam a gente desse jeito. (Entrevista concedida pelo policial Márcio, Ronda do Quarteirão)

Quanto à reorientação das atividades de patrulhamento visando os serviços não-emergenciais, pretende-se alterar a essência das patrulhas policiais. No policiamento comunitário, as patrulhas devem servir para auxiliar as forças policiais a se aproximarem da população. Possibilitando que os policiais façam parte do dia-a-dia das comunidades, visitem aqueles que residam na área em que atuem, conversem com os cidadãos, comerciantes, etc., com o intuito de estar o máximo possível cientes da realidade da localidade, de seus problemas e, assim, atuar na prevenção. Além de propiciar uma maior sensação de segurança nos cidadãos por estarem sempre próximos aos policiais.

No caso do Programa Ronda do Quarteirão, visitas comunitárias são uma obrigação diária para os policiais que o integram. Existe, inclusive, um setor na PMCE responsável por monitorar, dentre outras coisas, tais visitas. Sendo elogiado ou punido, aquele policial que não cumprir com essa tarefa. Sobre o controle das visitas, feito pelo setor chamado “Monitoramento Ronda”, veja o que um policial do RQ nos diz:

[...] controla, também, quantas visitas comunitárias essa viatura fez. Inclusive, até no... quando a viatura atinge a média de dez visitas, no final do serviço o monitoramento, que eu acho que é terceirizado, eu acho... não tenho certeza. O monitoramento entra e diz: “Viaturas 1020, 1022, 1024, 1025 estão de parabéns, atingiram a média de visitas comunitárias!” Aí ela falou “tão de parabéns”. Agora, se a viatura não atingir essas metas, aí o... por exemplo, se tiver um período...uma semana que não atingiu a meta, todo dia. Aí os dados do monitoramento são mandados pro Comandante da Companhia e o Comandante da Companhia vai entrar com... como se fosse uma... repreensão, “né”? contra o soldado da viatura. Aí ele

não pode mais fazer uma “permuta”. É muito comum o policial “permutar” serviço. (Entrevista concedida pelo policial João, Ronda do Quarteirão)

O Projeto do Programa Ronda do Quarteirão (CEARÁ, 2008, p. 10) prevê que “[...] os mesmos policiais visitarão residências, estabelecimentos comerciais e escolas, com a finalidade de orientar sobre medidas de prevenção de crimes e acidentes. Ouvirão os problemas e solicitações dos moradores e serão conhecidos pelo nome [...]”. Porém, cerca de uma mês após a entrevista citada, acima, outro policial entrevistado relata:

Nós temos hoje que cumprir... tudo é uma questão de fase, na Polícia. Até meses atrás, havia uma cobrança maior por visitas comunitárias. A gente tinha até metas de visitas, entendeu? [...] Então... gente fazia. Hoje, a cobrança maior é por conta dos PB's. não se obriga tanto a fazer visita. Mas, mesmo assim, como a gente tem vários amigos, vários colegas, a gente pára... conversa e tal. A obrigatoriedade não tem mais. Mas não impede a gente de fazer. (Entrevista concedida pelo policial Alberto, Ronda do Quarteirão)

Assim, de acordo com policiais do programa Ronda entrevistados, de fato, as visitas comunitária são previstas. Sendo que essas visitas são consideradas ocorrências policiais, exigindo relatórios acerca de cada visita realizada. O que mudou foi a cobrança em relação a elas. O que nos leva a pensar até que ponto determinadas mudanças trazidas pelo RQ são definitivas ou não. Se são apenas passageiras com o objetivo de causar uma boa impressão.

Os atendimentos às chamadas de emergência devem continuar existindo, só que não como foco da polícia. O objetivo maior é trabalhar na prevenção de crimes evitando, assim, que os atendimentos às ocorrências sejam o único trabalho das patrulhas. Trata-se de uma mudança profunda no entendimento de como deve ser o trabalho policial. Mudança que exige um esforço direcionado à preparação dos policiais, nesse sentido. Além de, no meu entendimento, ser realizado de maneira que proporcione a integração entre os policiais militares. Assim, os policiais do RQ e do POG deveria participar de treinamentos juntos, além de outras atividades, como forma de aproximá-los e amenizar disputas.

Assim, fica evidente que as modificações devem ser de natureza mais profunda. Indo além do que está ao alcance da Polícia Militar. As reformas devem abranger um maior número de instituições. Como por exemplo, a divisão entre polícia judiciária e policia militar. Esta estrutura exige ser, no mínimo, repensada. Como o policial Manoel relatou, “a população não entende que nós temos limitações para agir. Não adianta eu saber de certas coisas, se

quem pode pedir mandato para o juiz não sou eu.” É preciso ir além de ações de “maquiagem”, ou de “marketing” para “ganhar votos”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da Segurança Pública, no Brasil, passou por diversas mudanças nas últimas décadas. Mudanças possibilitadas pelo fim do governo de exceção e que não foram, e nem serão concluídas. Visto que, do mesmo modo que a sociedade está em constante transformação, as instituições também acompanham essa dinâmica. Algumas dessas instituições oferecem maiores resistências a essas mudanças, outras não. De acordo com suas características.

Neste trabalho, podemos entender a questão do aumento da violência de uma perspectiva onde tal crise é vista como uma deficiência do controle social, e não somente de uma ou duas instituições responsáveis por esse controle.

Assim, reconhece-se que as organizações têm uma parcela de “culpa”, no que diz respeito à questão, mas não a total responsabilidade. Sendo válidas e necessárias as ações para tornas as polícias mais eficientes. Porém, não é admissível que se busque, apenas, a partir das mesmas, resolver o “problema”.

Desse modo, por meio da análise do Programa Ronda do Quarteirão baseada, principalmente, na percepção dos próprios policiais militares do RQ e do POG acerca do mesmo, buscamos entender uma das ações do Estado do Ceará voltadas à diminuição da criminalidade e violência. Ação importante, mas que, volto a repetir, não deve ser a única.

Além disso, devem-se buscar meios para resolver questões como as do relacionamento entre os policiais que compõem o programa RQ e os que compõem o POG. Essa divisão interna, com esse caráter, é inadmissível. O mais grave, sobretudo, é o fato de tal conflito ser favorecido pela ação do Estado.

Tal programa apresenta mudanças em relação ao “antigo” modelo de policiamento. Porém, não pode ser considerado como um todo como uma ruptura, pois este ainda conserva práticas, teoricamente, atribuídas ao modelo tradicional. Mas, por outro lado, trouxe uma visão diferenciada, onde a formação dos policiais é mais “humana”, em oposição ao treinamento “selva”, utilizado na formação dos “antigos”.

O controle da atividade policial é outro ponto que se deve ressaltar alguma melhora. Obviamente, que deve ser ampliado ainda mais e deve receber grande espaço e atenção para que, de fato, haja melhoras na execução da missão policial. Este controle deve ser feito tanto pelo Estado, em suas instancias destinadas a esta tarefa, como pela população. A polícia deve

estar aberta a receber críticas e sugestões provenientes da comunidade, assim como esta tem o dever de cooperar com a polícia cotidianamente. Tanto uma como a outra devem se esforçar para que a interação seja real e que traga benefícios a todos.

Na prática, o policiamento comunitário envolve não apenas ouvir com simpatia, mas criar novas oportunidades de se fazer isso, o que é um grande passo para a maioria das forças policiais, temerosas de abrir as comportas da crítica injusta. Ele também se choca com suas crenças mais caras de serem os profissionais que sabem, melhor que quaisquer outros, o que deve ser feito para proteger a comunidade e realizar o policiamento. No público, devem estar preparados para ouvir o que a população tem a dizer, mesmo que seja desagradável. (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, P. 29)

A população, então, deve assumir a responsabilidade de cooperar fornecendo informações à polícia, bem como agir como observadora do trabalho da mesma para que possa fiscalizá-lo e sugerir melhorias, se necessário for. Já a polícia, deve assumir uma postura na qual seja receptiva a essas sugestões. No Estado do Ceará, os Conselhos Comunitários de Defesa Social funcionam como o espaço destinado para essa “troca”, entre polícia e população.

Em outras palavras, deve-se fazer com que a polícia esteja, de fato, aberta a ouvir os cidadãos. O que pode ser difícil e desagradável para os policiais, pois muitas vezes terão que ouvir reclamações e críticas acerca de seu trabalho. Principalmente por que isso rompe com o pensamento do modelo profissional de policiamento, onde a polícia é a única especializada e capaz de lidar com problemas de segurança pública.

A partir dessas características atribuídas ao modelo de policiamento comunitário, é possível imaginar como as dificuldades para implementar um programa nesses moldes são enormes. As forças policiais militares brasileiras seguem um modelo de organização que por si só, já pode ser considerado como obstáculo a mudanças.

A atual estrutura organizacional das Polícias Militares é idêntica à do Exército, com seus batalhões, companhias, pelotões, etc. como sua missão fosse a de combate convencional. Até 1968, quando lhe competia apenas a manutenção da ordem pública e da integridade territorial dos Estados, era aceitável. Entretanto, quando lhe foi cometida a responsabilidade de promover com exclusividade o policiamento ostensivo, ou, em outros termos, a missão de prover a proteção coletiva, deveria ter se estruturado para tal. Cresceu em efetivo, mas não deixou sua formação castrense, como se o caráter militar exigisse a similitude com o Exército. Com isso as distorções e ambigüidades acarretaram deficiências na sua atuação policial, cujo reflexo está a exigir mudanças. (SETTE CÂMARA, 2002, p.105)

Desse modo, alterar uma série de padrões e valores estabelecidos em instituições que tradicionalmente oferecem grande resistência a mudanças, instituições que tem, em seu processo de socialização, a construção da identidade de seus membros a partir da dicotomia “nós”, militares e “eles”, civis (CASTRO, 2004), além de grande parte dos policiais possuírem um habitus profissional onde os valores apreciados são ligados ao modelo tradicional de polícia onde o policial profissional se vê como único responsável e o único habilitado para lidar com o combate ao crime, configura-se como um grande desafio.

O que deve direcionar as Políticas de Segurança Pública, então, é a busca pela democratização, de fato, dos aparelhos do Estado. Dentre eles, a polícia deve sofrer modificações com o intuito de torná-la cada vez mais compatível com uma sociedade de um Estado de Direito.

Neste trabalho, muitas foram as questões que não foram contempladas por diversos motivos, como por exemplo, o prazo de conclusão. No entanto, algo que chama a atenção no discurso dos policiais do RQ é o que eles denominam de “humano”. Algo relacionado à maneira de perceber que os policiais são seres humanos e que trabalham com e para seres humanos.

Uma das prerrogativas do Programa Ronda, segundo o discurso oficial, é justamente uma polícia que tem sua ação referenciada pelo respeito aos Direitos Humanos. Mas, será que isso está presente na ação desses policiais, cotidianamente? Como, em seu treinamento, isso é “passado” a estes policiais? Qual é a noção destes policiais acerca desse tema? No contexto brasileiro, é possível uma Polícia eficiente e que respeita os direitos dos cidadãos? Ou será que somente a “linguagem universal”, como é chamada a violência ilegítima pelos policiais, é capaz de se fazer entender e cumprir seu dever de polícia?

Aí estão presentes apenas algumas de muitos questionamentos que merecem a atenção e análise da Academia. Seguramente, questões que serão abordadas por mim em futuros trabalhos na Academia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000100020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100020&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 maio 2011. doi: 10.1590/S0102-88392004000100020.

BARREIRA, César. **Em nome da lei e da ordem:** a propósito da política de segurança pública. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, Mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22230.pdf>. Acesso em 03 de Abril de 2011. doi: 10.1590/S0102-88392004000100011.

BARREIRA, César; RUSSO, Maurício B. **O efeito Ronda do Quarteirão (2007 – 2009).** Versão preliminar de trabalho apresentado no Grupo de Trabalho do LEV.

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar, 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.

\_\_\_\_\_. Observação Social e Estudos de Caso Sociais. In: \_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar, 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, C. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CEARÁ, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão, 2008.

COSTA, Arthur T. M.. Polícia, Controle Social e Democracia. In: \_\_\_\_\_. **Entre a Lei e a Ordem:** violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** Formação do Estado e Civilização, Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KAHN, Túlio; HOJDA, Alexandre; ZACCHI, Marina. **Polícia Comunitária**: avaliando a experiência. São Paulo: Ilanud, 2000. 32p. Disponível em: [http://www.ilanud.org.br/pdf/polic\\_comunit\\_rel\\_final.pdf](http://www.ilanud.org.br/pdf/polic_comunit_rel_final.pdf) . Acesso em 12 de abril de 2011.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.10, n.4, p.65-84, jun. 1989. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_04.htm) . Acesso em 13 de abril de 2011.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-Volta, Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

MARINHO, Karina Rabelo Leite. **Mudanças Organizacionais na Implementação do Policiamento Comunitário**. Dissertação de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Digitado, 2002.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Manifesto Comunista** (Organização e introdução de Oswaldo Coggiola). São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MELO, A. C. et al. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2007.

MENKE, Bem A.; WHITE, Mervin F.; CAREY, William L.. Profissionalização da Polícia: busca de excelência ou de poder político? In: GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do Trabalho Policial**: questões e análises. São Paulo, 2002. P. 85-117. (Série Polícia e Sociedade; n.5)

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008, p. 13-32.

NASCIMENTO, Mariano Matos do. **Polícia Cidadã**: integração entre polícia e comunidade na efetivação da segurança pública. Cuiabá: UFMT, 2004. 39 p. Monografia (Especialização)

– Curso Superior de Polícia – Especialização em Gestão de Segurança Pública, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SANTOS PINHEIRO, Antonio dos. **Polícia Comunitária e Cidadã: entre velhas e novas práticas policiais.** Tese de Doutorado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: [http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/pol%C3%A3cia-comunit%C3%A3ria-cidad%C3%A3-novas-velhas-pr%C3%A3ticas-policiais/id/38292837.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/pol%C3%A3cia-comunit%C3%A3ria-cidad%C3%A3-novas-velhas-pr%C3%A3ticas-policiais/id/38292837.html)> Acesso em: 12.03.2011.

ROSENBAUM, Dennis P. 2002. A Mudança no Papel da Polícia: avaliando a transição para o policiamento comunitário In BRODEUR, Jean-Paul (Org.). **Como Reconhecer um Bom Policiamento: problemas e temas;** tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n.º 4).

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2002.

SETTE CÂMARA, Paulo. **Reflexões sobre Segurança Pública.** Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2002.

SKOLNICK, Jerome; BAYLE, David H. **Policiamento Comunitário.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. n. 06.

SOUSA, E. B. L. **Ronda do Quarteirão: um “acontecimento” na política de segurança pública?** Fortaleza:UECE, 2008. 110p. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Arma e a Flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 155-167, maio de 1997.** Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v091/a\\_arma.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v091/a_arma.pdf). Acesso em 12 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_. Dilemas e violências do controle social nas Sociedades da "Modernidade tardia". **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, março 2004. Disponível a partir de <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22221.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2011. doi: 10.1590/S0102-88392004000100002.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). **Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci. In: **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cejur/article/view/14846>. Acesso em 08 de maio de 2011.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.